

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	19
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	20
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
Notas Explicativas	47

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	113
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	116
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	119

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.936.988	1.977.869	865.985
1.01	Ativo Circulante	588.460	800.563	56.501
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	447.400	723.289	8.451
1.01.03	Contas a Receber	52.692	45.089	38.862
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.770	2.489	445
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70.598	29.696	8.743
1.02	Ativo Não Circulante	1.348.528	1.177.306	809.484
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	87.457	137.708	10.286
1.02.01.04	Contas a Receber	2.568	2.712	3.665
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	77.600	132.430	5.790
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.289	2.566	831
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	6.251	2.566	831
1.02.01.10.04	Outros	1.038	0	0
1.02.02	Investimentos	807.065	618.001	481.181
1.02.03	Imobilizado	429.650	405.312	303.278
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	93.081	68.563	53.161
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	336.569	336.749	250.117
1.02.04	Intangível	24.356	16.285	14.739

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.936.988	1.977.869	865.985
2.01	Passivo Circulante	142.103	127.893	118.355
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.116	51.191	66.683
2.01.02	Fornecedores	33.236	18.681	16.992
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.831	7.521	4.555
2.01.05	Outras Obrigações	40.920	50.500	30.125
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.315	1.121	902
2.01.05.02	Outros	39.605	49.379	29.223
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.569	19.702	0
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	7.508	6.874	5.678
2.01.05.02.05	Passivo de arrendamento	29.328	22.692	23.454
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	1.200	111	91
2.02	Passivo Não Circulante	389.491	396.188	295.626
2.02.02	Outras Obrigações	379.728	388.207	288.026
2.02.02.02	Outros	379.728	388.207	288.026
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	369.285	360.678	258.670
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	1.949	2.682	0
2.02.02.02.06	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.494	24.847	29.356
2.02.03	Tributos Diferidos	93	134	182
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93	134	182
2.02.04	Provisões	9.670	7.847	7.418
2.03	Patrimônio Líquido	1.405.394	1.453.788	452.004
2.03.01	Capital Social Realizado	1.203.576	1.203.576	193.190
2.03.02	Reservas de Capital	161.978	161.978	161.978
2.03.04	Reservas de Lucros	39.840	88.234	96.836
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	62.973	88.234	96.836
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-23.133	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	482.137	413.977	384.831
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-279.374	-239.278	-237.399
3.03	Resultado Bruto	202.763	174.699	147.432
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-206.887	-70.404	-147.143
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-304.376	-245.079	-244.206
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-231.612	-197.580	-199.186
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-26.138	-17.250	-12.960
3.04.02.03	Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	-46.626	-30.249	-32.060
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.935	3.078	808
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	94.554	171.597	96.255
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.124	104.295	289
3.06	Resultado Financeiro	10.689	-21.259	-35.060
3.06.01	Receitas Financeiras	72.056	33.769	512
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.367	-55.028	-35.572
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.565	83.036	-34.771
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	41	-81	-22
3.08.01	Corrente	0	-129	-65
3.08.02	Diferido	41	48	43
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.606	82.955	-34.793
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.606	82.955	-34.793
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,02	0,23	-4,56

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	66.060	82.955	-34.793
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.060	82.955	-34.793

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-44.240	-19.531	-6.489
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	67.438	28.751	-36.989
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.565	83.036	-34.771
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-94.554	-171.597	-96.255
6.01.01.03	Depreciação e amortização	26.138	17.250	12.960
6.01.01.04	Depreciação direito de uso	36.950	31.235	23.831
6.01.01.05	Amortização do custo de captação	0	0	54
6.01.01.06	Encargos financeiros sobre financiamentos	0	0	72
6.01.01.07	Juros de debêntures	0	0	521
6.01.01.08	Juros sobre passivo de arrendamento	40.831	36.669	23.219
6.01.01.09	Ajuste a valor presente de ativos e passivos	791	570	-460
6.01.01.10	Provisão para demandas judiciais	3.875	1.274	1.831
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	46.626	30.249	32.060
6.01.01.12	Baixa de imobilizado e intangível	216	127	7
6.01.01.13	Baixa por descontinuidade de arrendamento	0	-62	-58
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-111.678	-48.282	30.500
6.01.02.01	Contas a receber	-54.876	-36.093	-37.442
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-3.685	-1.735	-117
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-15.281	-2.044	26
6.01.02.04	Outros créditos	-41.940	6.324	-5.667
6.01.02.05	Fornecedores	10.038	-1.687	5.263
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	-11.428	-20.001	67.054
6.01.02.07	Obrigações tributárias	4.310	2.837	-316
6.01.02.08	Obrigações com partes relacionadas	194	219	0
6.01.02.09	Mensalidades antecipadas	634	1.196	2.000
6.01.02.10	Outras contas a pagar	356	2.702	-301
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96.158	-150.934	144.254
6.02.01	Dividendo recebido de controladas	37.920	7.500	168.949
6.02.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	-77.600	-126.640	-5.790

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-35.360	-22.084	-11.933
6.02.05	Aquisição de intangível	-21.118	-9.710	-6.972
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-135.491	885.303	-134.775
6.03.01	Dividendos pagos	-50.000	-71.855	-54.000
6.03.02	Pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos	0	0	-6.495
6.03.04	Pagamento de debêntures	0	0	-40.031
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil	-62.358	-53.228	-28.311
6.03.06	Partes relacionadas	0	0	-5.938
6.03.07	Aumento de capital pela emissão de ações	0	1.071.000	0
6.03.08	Gastos com emissões de novas ações	0	-60.614	0
6.03.09	Ações em tesouraria	-23.133	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-275.889	714.838	2.990
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	723.289	8.451	5.461
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	447.400	723.289	8.451

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.203.576	161.978	88.234	0	0	1.453.788
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.203.576	161.978	88.234	0	0	1.453.788
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-23.133	-30.298	-1.569	0	-55.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-23.133	0	0	0	-23.133
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.298	-1.569	0	-31.867
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.606	0	6.606
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.606	0	6.606
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.037	-5.037	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.037	-5.037	0	0
5.07	Saldos Finais	1.203.576	138.845	62.973	0	0	1.405.394

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	193.190	161.978	96.836	0	0	452.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	193.190	161.978	96.836	0	0	452.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.010.386	0	-71.855	-19.702	0	918.829
5.04.01	Aumentos de Capital	1.071.000	0	0	0	0	1.071.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-60.614	0	0	0	0	-60.614
5.04.06	Dividendos	0	0	-71.855	-19.702	0	-91.557
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.955	0	82.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.955	0	82.955
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	63.253	-63.253	0	0
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	4.148	-4.148	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	59.105	-59.105	0	0
5.07	Saldos Finais	1.203.576	161.978	88.234	0	0	1.453.788

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	158.190	196.978	155.623	0	0	510.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	158.190	196.978	155.623	0	0	510.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	35.000	-35.000	-23.994	0	0	-23.994
5.04.01	Aumentos de Capital	35.000	-35.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.994	0	0	-23.994
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-34.793	0	0	-34.793
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-34.793	0	0	-34.793
5.07	Saldos Finais	193.190	161.978	96.836	0	0	452.004

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.611.150	1.230.799	957.818
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.656.889	1.260.959	989.783
7.01.02	Outras Receitas	887	89	95
7.01.02.01	Resultado não operacionais	883	89	77
7.01.02.02	Outras receitas	4	0	18
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-46.626	-30.249	-32.060
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-227.629	-176.892	-173.165
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-179.025	-144.862	-129.244
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.388	-31.903	-43.914
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-216	-127	-7
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.383.521	1.053.907	784.653
7.04	Retenções	-63.089	-48.485	-36.791
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-63.089	-48.485	-36.791
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.320.432	1.005.422	747.862
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	167.823	207.156	97.192
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	94.554	171.597	96.255
7.06.02	Receitas Financeiras	72.056	33.769	512
7.06.03	Outros	1.213	1.790	425
7.06.03.01	Aluguéis	1.213	1.790	425
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.488.255	1.212.578	845.054
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.488.255	1.212.578	845.054
7.08.01	Pessoal	201.120	178.894	202.938
7.08.01.01	Remuneração Direta	175.267	155.545	184.068
7.08.01.02	Benefícios	13.761	10.407	8.926
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.092	12.942	9.944
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.082	63.134	49.459
7.08.02.01	Federais	39.796	42.457	32.148
7.08.02.02	Estaduais	103	48	47
7.08.02.03	Municipais	23.183	20.629	17.264

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.520	55.374	35.714
7.08.03.01	Juros	61.367	55.028	35.572
7.08.03.02	Aluguéis	153	346	142
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.606	82.955	-34.793
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.606	82.955	-34.793
7.08.05	Outros	1.155.927	832.221	591.736
7.08.05.01	Estudantes carentes e descontos	1.155.927	832.221	591.736

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	4.707.622	4.776.017	3.670.134
1.01	Ativo Circulante	1.121.194	1.302.377	446.473
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	852.743	1.084.985	212.905
1.01.03	Contas a Receber	215.995	187.816	187.301
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.948	13.557	8.812
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.508	16.019	37.455
1.02	Ativo Não Circulante	3.586.428	3.473.640	3.223.661
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	212.877	189.309	154.093
1.02.01.04	Contas a Receber	21.393	24.273	27.309
1.02.01.07	Tributos Diferidos	104.087	100.514	88.613
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	87.397	64.522	38.171
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	23.940	18.375	13.254
1.02.01.10.04	Outros créditos	63.457	46.147	24.917
1.02.02	Investimentos	146	146	146
1.02.03	Imobilizado	1.672.139	1.578.115	1.347.364
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	519.784	485.936	470.250
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.152.355	1.092.179	877.114
1.02.04	Intangível	1.701.266	1.706.070	1.722.058

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	4.707.622	4.776.017	3.670.134
2.01	Passivo Circulante	656.683	559.893	536.469
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	143.412	120.555	125.870
2.01.02	Fornecedores	69.368	50.471	44.039
2.01.03	Obrigações Fiscais	53.446	49.695	39.700
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	235.924	130.601	208.199
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.770	15.122	34.106
2.01.04.02	Debêntures	232.154	115.479	174.093
2.01.05	Outras Obrigações	154.533	208.571	118.661
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.948	2.519	2.010
2.01.05.02	Outros	151.585	206.052	116.651
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.569	19.702	0
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	40.820	39.242	35.015
2.01.05.02.05	Passivo de arrendamento	100.379	78.326	72.397
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	8.095	4.372	4.183
2.01.05.02.07	Obrigações por aquisição de participação societárias	0	63.688	3.724
2.01.05.02.08	Receitas diferidas	722	722	1.332
2.02	Passivo Não Circulante	2.645.545	2.762.336	2.681.661
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	831.242	1.046.058	1.163.864
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	3.761	20.074
2.02.01.02	Debêntures	831.242	1.042.297	1.143.790
2.02.02	Outras Obrigações	1.730.332	1.633.705	1.449.632
2.02.02.02	Outros	1.730.332	1.633.705	1.449.632
2.02.02.02.03	Obrigações tributárias	129.800	136.540	151.995
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	1.206.276	1.124.717	877.120
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	3.498	5.657	1.429
2.02.02.02.06	Obrigações por aquisição de participação societária	372.756	331.714	378.780
2.02.02.02.07	Receitas diferidas	9.508	10.230	10.952
2.02.02.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.494	24.847	29.356

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.03	Tributos Diferidos	16.484	17.278	17.636
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.484	17.278	17.636
2.02.04	Provisões	67.487	65.295	50.529
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	67.487	65.295	50.529
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.405.394	1.453.788	452.004
2.03.01	Capital Social Realizado	1.203.576	1.203.576	193.190
2.03.02	Reservas de Capital	161.978	161.978	161.978
2.03.04	Reservas de Lucros	39.840	88.234	96.836
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	62.973	88.234	96.836
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-23.133	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.028.320	1.820.615	1.800.968
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.080.179	-962.746	-956.552
3.03	Resultado Bruto	948.141	857.869	844.416
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-636.495	-544.528	-666.673
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-663.252	-558.383	-675.169
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-409.485	-366.039	-417.267
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-118.413	-93.898	-108.821
3.04.02.03	Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	-135.354	-98.446	-149.081
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.757	13.855	8.496
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	311.646	313.341	177.743
3.06	Resultado Financeiro	-303.606	-233.804	-220.889
3.06.01	Receitas Financeiras	127.976	57.900	10.313
3.06.02	Despesas Financeiras	-431.582	-291.704	-231.202
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.040	79.537	-43.146
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.434	3.418	8.353
3.08.01	Corrente	-5.801	-8.841	-3.156
3.08.02	Diferido	4.367	12.259	11.509
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.606	82.955	-34.793
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	6.606	82.955	-34.793
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.606	82.955	-34.793
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,02	0,23	-4,56
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,02	0,23	-4,56

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	6.606	82.955	-34.793
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	6.606	82.955	-34.793
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.606	82.955	-34.793

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	513.684	465.707	256.775
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	720.205	582.944	436.817
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.040	79.537	-43.146
6.01.01.02	Depreciação e amortização	118.413	93.898	108.821
6.01.01.03	Depreciação direito de uso	120.359	101.628	79.832
6.01.01.04	Amortização do custo de captação	671	1.154	1.541
6.01.01.05	Encargos financeiros sobre financiamentos	1.507	2.534	6.339
6.01.01.06	Juros de debêntures	146.000	69.236	52.382
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	125.621	109.471	81.491
6.01.01.08	Ajuste a valor presente de ativos e passivos	8.820	3.863	-3.976
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	8.307	7.315	-1.043
6.01.01.10	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	135.354	98.446	149.081
6.01.01.11	Baixa de imobilizado e intangível	2.792	795	2.741
6.01.01.12	Receita diferida sobre venda de imóveis	-722	-1.332	-722
6.01.01.13	Juros incorridos sobre aquisição de controladas	45.694	16.657	9.132
6.01.01.14	Baixa por descontinuidade de arrendamento	-651	-258	-5.656
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-199.511	-112.402	-175.702
6.01.02.01	Contas a receber	-169.473	-99.788	-160.514
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-5.565	-5.121	-560
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-15.391	-4.745	-1.309
6.01.02.04	Outros créditos	-24.928	10.078	2.237
6.01.02.05	Fornecedores	7.551	-2.689	-30.117
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	6.504	-9.824	47.046
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-1.780	-9.466	-12.222
6.01.02.08	Obrigações com partes relacionadas	429	509	0
6.01.02.09	Mensalidades antecipadas	1.578	4.227	2.872
6.01.02.10	Outras contas a pagar	1.564	4.417	-23.135
6.01.03	Outros	-7.010	-4.835	-4.340
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.010	-4.835	-4.340

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-213.229	-91.450	-382.084
6.02.01	Pagamento de obrigação por aquisição de participações societárias	-68.340	-3.759	-7.431
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-88.841	-55.139	-33.802
6.02.05	Aquisição de intangível	-56.048	-32.552	-14.033
6.02.06	Resgate (aplicação) de aplicações financeiras restritas	0	0	915
6.02.08	Aquisição Braz Cubas, líquido de caixa adquirido	0	0	-22.328
6.02.09	Aquisição Positivo, líquido de caixa adquirido	0	0	-305.405
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-532.697	497.823	315.491
6.03.01	Dividendos pagos	-50.000	-71.855	-54.000
6.03.02	Pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos	-16.620	-37.831	-87.814
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	0	0	60.000
6.03.04	Pagamento de debêntures	-241.051	-230.497	-189.869
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil	-201.893	-172.380	-114.063
6.03.06	Captação de debêntures	0	0	701.099
6.03.07	Partes relacionadas	0	0	138
6.03.08	Aumento de capital pela emissão de ações	0	1.071.000	0
6.03.09	Gastos com emissões de novas ações	0	-60.614	0
6.03.10	Ações em tesouraria	-23.133	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-232.242	872.080	190.182
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.084.985	212.905	22.723
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	852.743	1.084.985	212.905

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.203.576	161.978	88.234	0	0	1.453.788	0	1.453.788
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.203.576	161.978	88.234	0	0	1.453.788	0	1.453.788
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-23.133	-30.298	-1.569	0	-55.000	0	-55.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-23.133	0	0	0	-23.133	0	-23.133
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.298	-1.569	0	-31.867	0	-31.867
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.606	0	6.606	0	6.606
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.606	0	6.606	0	6.606
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.037	-5.037	0	0	0	0
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	330	-330	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	4.707	-4.707	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.203.576	138.845	62.973	0	0	1.405.394	0	1.405.394

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	193.190	161.978	96.836	0	0	452.004	0	452.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	193.190	161.978	96.836	0	0	452.004	0	452.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.010.386	0	-71.855	-19.702	0	918.829	0	918.829
5.04.01	Aumentos de Capital	1.071.000	0	0	0	0	1.071.000	0	1.071.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-60.614	0	0	0	0	-60.614	0	-60.614
5.04.06	Dividendos	0	0	-71.855	-19.702	0	-91.557	0	-91.557
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.955	0	82.955	0	82.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.955	0	82.955	0	82.955
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	63.253	-63.253	0	0	0	0
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	4.148	-4.148	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	59.105	-59.105	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.203.576	161.978	88.234	0	0	1.453.788	0	1.453.788

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	158.190	196.978	155.623	0	0	510.791	0	510.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	158.190	196.978	155.623	0	0	510.791	0	510.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	35.000	-35.000	-23.994	0	0	-23.994	0	-23.994
5.04.01	Aumentos de Capital	35.000	-35.000	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.994	0	0	-23.994	0	-23.994
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-34.793	0	0	-34.793	0	-34.793
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-34.793	0	0	-34.793	0	-34.793
5.07	Saldos Finais	193.190	161.978	96.836	0	0	452.004	0	452.004

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	5.444.659	4.470.460	3.592.546
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.563.331	4.564.024	3.735.183
7.01.02	Outras Receitas	16.682	4.882	6.444
7.01.02.01	Resultado não operacional	16.631	4.827	6.300
7.01.02.02	Outras receitas	51	55	144
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-135.354	-98.446	-149.081
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-516.259	-441.935	-414.273
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-419.840	-371.658	-346.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-93.621	-69.482	-65.148
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.798	-795	-2.741
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.928.400	4.028.525	3.178.273
7.04	Retenções	-238.772	-195.526	-188.653
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-238.772	-195.526	-188.653
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.689.628	3.832.999	2.989.620
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	135.565	64.821	11.271
7.06.02	Receitas Financeiras	127.976	57.900	9.703
7.06.03	Outros	7.589	6.921	1.568
7.06.03.01	Aluguéis	7.589	6.921	1.568
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.825.193	3.897.820	3.000.891
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.825.193	3.897.820	3.000.891
7.08.01	Pessoal	702.498	643.446	738.151
7.08.01.01	Remuneração Direta	621.818	572.038	649.823
7.08.01.02	Benefícios	36.231	28.611	32.534
7.08.01.03	F.G.T.S.	44.449	42.797	55.794
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	222.163	196.837	190.821
7.08.02.01	Federais	143.984	127.022	124.702
7.08.02.02	Estaduais	126	67	61
7.08.02.03	Municipais	78.053	69.748	66.058
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	433.431	293.118	232.797

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	431.582	291.704	231.202
7.08.03.02	Aluguéis	1.849	1.414	1.595
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.606	82.955	-34.793
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.606	82.955	-34.793
7.08.05	Outros	3.460.495	2.681.464	1.873.915
7.08.05.01	Estudantes carentes e descontos	3.460.495	2.681.464	1.873.915

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas (“Cruzeiro do Sul”, “Grupo” ou “Companhia” ou “CSED”), listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), onde estão as empresas consideradas com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código CSED3, apresentam aqui seu Relatório da Administração, expondo os resultados operacionais e financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este relatório é parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - incluindo a Lei das Sociedades por Ações, regras e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente no decorrer dos exercícios abrangidos.

Mensagem da Administração e Expectativas Estratégicas

Em 2022 sedimentamos projetos importantes para o futuro da Cruzeiro do Sul. Desde a entrada do Fabio Fossen como CEO, nos dedicamos a elaboração da nova estratégia corporativa da Companhia com foco no desenvolvimento das verticais de ensino do Presencial/Medicina e EaD/Long Life Learning. Para garantir a execução da estratégia, reestruturamos a liderança da organização com a criação de Vice-presidências focadas no desenvolvimento destas verticais, reforçamos a nosso foco no sucesso do aluno com a criação de uma Diretoria Acadêmica e de Inovação e com mudanças relevantes no pilar de atendimento do aluno com o desenho e implementação do nosso caminho de Evolução Digital. Assim, desde agosto, criamos a VP do Ensino Digital com a missão de acelerar o desenvolvimento dos negócios digitais nas frentes de graduação, pós-graduação e linhas de negócio de ensino não regulado; a VP Presencial com foco na evolução do ensino presencial e na eficiência operacional; a área de Tecnologia, incorporou o processo de atendimento ao aluno como parte da nossa Evolução Digital.

Entrando nos temas operacionais, o ano de 2022 foi marcado pelo alcance de marcas recorde de captação em ambos os segmentos. No presencial, captamos 82 mil alunos ao longo do ano, volume 14,5% acima de 2021, finalizando o ano com uma base de 128 mil alunos, um avanço de 4,5% vs. o ano passado. Na rematrícula do presencial, superamos os patamares pré-pandemia, reforçando o valor das nossas marcas. No EaD, assim como no presencial, alcançamos recorde no volume de captação (+14,6% vs. 2021), finalizando a base de alunos com 238 mil alunos, uma expansão de 8,5%. Seguindo a execução do nosso plano de crescimento no número de polos, adicionamos 188 em 2022 (+15,5% vs. 2021), atingindo 1.404 polos no total.

Cabe destacar que, além do crescimento de base, o melhor planejamento comercial, com foco na disciplina de precificação, priorizando portfólio de cursos mais rentáveis fez com que o ticket (ROL ano/base de alunos final) crescesse cerca de 6% no Presencial. Enquanto no EaD, apesar do ambiente competitivo em cursos 100% online, o avanço da penetração de cursos semipresenciais na base do EaD (17% vs. 14% em 2021), contribuiu para expansão de 7% no ticket do segmento.

Do lado acadêmico, pelo segundo ano consecutivo a UNIFRAN foi rankeada pela Times Higher

Education como a melhor IES privada no Brasil e subimos 4 posições no ranking da América Latina, passando para a posição 151 no ranking geral. Nossa Professora Dra. Lucimara Pires Martins, do Programa de Pós-graduação em Astrofísica e Física Computacional e Núcleo de Astrofísica da Unicid, foi aos Estados Unidos para desenvolver a primeira etapa do seu projeto aprovado em 2021 pelo Instituto Científico do Telescópio Espacial (STScI) da NASA, o Hubble. Em novembro, o projeto dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Unifran, foi selecionado para representar o Brasil, na Conferência Mundial do Clima (COP27), organizada pelas Nações Unidas, com o objetivo de discutir as mudanças climáticas e propor soluções para minimizar seus efeitos.

Do ponto de vista financeiro, o ano de 2022 foi marcado por um cenário macroeconômico bastante desafiador, com inflação e taxa de juros elevadas, o que impactou negativamente o poder de compra de nossos alunos, por consequência elevando os níveis de inadimplência que afetam nossos resultados financeiros. Por fim, apesar dos desafios, encerramos o ano com uma receita líquida de R\$ 2,0 bilhões, 11,4% superior a 2021, como reflexo da expansão dos negócios de graduação presencial e EaD somado ao avanço no ticket (6% no presencial e 7% no EaD). Nosso lucro bruto foi de R\$ 948,1 milhões, uma expansão de 10,5% vs. o ano anterior, com uma margem bruta de 46,7%, apesar dos desafios com os dissídios da classe. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 580,6 milhões, com margem de 28,6%, impactado pela piora da PECLD (6,7% da ROL vs. 5,4% em 2021). O Lucro Líquido Ajustado atingiu R\$ 69,0 milhões vs. R\$ 143,6 milhões no período anterior refletindo a alta nos juros e atualização de contratos.

Adentrando no ano de 2023, seguindo com a nossa nova estratégia comercial, o processo de captação até o dia 26/Mar (data vs. data) (lembrando que vamos até o fim de Abril) apresenta 11% de crescimento no presencial e 40% de crescimento no EaD, renovando os records que havíamos alcançando em 2022. Adicionalmente, as rematrículas continuam em patamares pré pandemia. Quanto a ticket, assim como em 2022, no presencial avançamos com o repasse para os calouros, reforçando a estratégia de tendência positiva de tickets visando mitigar a base de alunos captados durante a pandemia. No EaD, continuamos a observar competição no 100% digital e seguimos com a estratégia de expansão do semipresencial.

A Diretoria.

Cenário Econômico

Com o efeito da normalização pós pandemia a atividade (PIB) surpreendeu, enquanto as projeções de crescimento da pesquisa Focus, no início de 2022, apontavam para a mediana de +0,7%, o consenso moveu-se ao longo do ano e encerrou com uma expectativa de +3,0%. Entre os motivadores para as revisões, destacam-se: (i) a continuidade do processo de reabertura econômica, impulsionado pelo setor de serviços; (ii) transferências de renda do governo às famílias, gatilho para o aumento do consumo interno; (iii) mercado de trabalho positivo, com redução da taxa de desemprego para patamar historicamente baixo (+8,1%, em novembro). O Índice de Atividade Econômica divulgado pelo Banco Central, alcançou +2,90%, ao final de 2022. O ano também foi marcado pela continuação do aumento de juros pelo Banco Central, que começou em março de 2021, quando a SELIC estava em 2% ao ano, e terminou em agosto de 2022, em 13,75% ao ano. Desde então, o Banco Central vem sinalizando que vai manter a taxa nesse patamar.

Essas mudanças impactaram o mercado de educação de diferentes maneiras, sendo assim, a Cruzeiro do Sul Educacional apresentou crescimentos expressivos no EaD (+10,3% na base de

alunos do segmento em 2022), no presencial captamos 82 mil alunos ao longo do ano, volume 14,5% acima de 2021, finalizando o ano com uma base de 128 mil alunos, um avanço de 4,5%.

Propósito e Valores corporativos

Seis pilares sustentam nossa forma de ensino e norteiam todos os nossos cursos, presenciais ou a distância, abrangendo estudantes, docentes e a comunidade que nos cerca. Por meio deles, buscamos assegurar o sucesso do estudante, estimulando nele valores como inovação, empreendedorismo e pensamento crítico, para que se formem como cidadãos preparados para vencer os desafios do mercado de trabalho.

Protagonismo do aluno – Idealizar e realizar ações com criatividade, liderança, empatia, autonomia e responsabilidade social. Mais que um profissional, nosso aluno é um agente de transformação.

Empreendedorismo – Potencializar as competências empreendedoras de nossos alunos, para que sejam capazes de desenvolver soluções inovadoras e gerar valor para a sociedade. Incentivamos projetos transversais e interdisciplinares, plataformas digitais e gamificadas.

Flexibilidade – Vivenciar a flexibilidade curricular – escolha das disciplinas *on-line*, montagem do horário presencial, tempo e local de estudo, permitindo melhor aproveitamento e envolvimento do aluno em atividades variadas.

Formação dos formadores – Proporcionar as melhores experiências no processo de aprendizagem, com o apoio de novas metodologias e ferramentas tecnológicas, tornando o aprendizado mais envolvente, desafiador, estimulante e transformador.

Inovação – Estimular a inovação por meio de pesquisas científicas, promovendo um *mindset* favorável à criatividade e inovação como base de todas as nossas iniciativas acadêmicas e de formação de talentos.

Pensamento crítico – Oferecer suporte para a tomada de decisões equilibradas e assertivas. O pensamento crítico é essencial para a formação integral de um cidadão mais consciente (local e global).

Perfil Corporativo e descrição geral do negócio

Com mais de 57 anos de história, o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional atua em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal com 1.404 polos de Educação a Distância (EaD) e 29 campi de Educação Presencial. Atualmente, o Grupo tem mais de 404 mil alunos e 7.082 colaboradores. Também está presente no Japão, por meio de dois polos EaD. A Companhia oferece cursos presenciais e a distância em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, incluindo pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), cursos livres, de extensão e idiomas.

A estratégia de crescimento da Companhia está focada em três frentes: 1) a aquisição de instituições que sejam relevantes e reconhecidas na região em que atuam; 2) a expansão de polos EaD em mercados que já atua ou novos; 3) e a abertura de novos cursos nas unidades que já fazem parte da Companhia e eventualmente possuem demanda.

Com sede social na capital paulista, desde fevereiro de 2021 somos uma sociedade por ações de capital aberto, regida por Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis pelo Regulamento do Novo Mercado da bolsa de valores nacional, a B3.

Estratégia e Gestão

Em 2022 finalizamos nosso planejamento estratégico, o projeto Acrux, que definiu os rumos para os próximos cinco anos. O processo contou com o envolvimento da presidência, de conselheiros e reitores, e resultou em diversas reestruturações internas com vistas a ampliar nossa eficiência operacional e nosso portfólio de produtos. Revisamos também nossa forma de gestão, passando de um modelo verticalizado para matricial, com a criação de duas vice-presidências: de Ensino Presencial e de Ensino Digital.

Essas iniciativas nos permitiram identificar e planejar a expansão de nossas vertentes de atuação. Abrimos unidades e lançamos cursos, além de reforçar a unidade de negócios de *long life learning* (formação continuada) e nos credenciamos para a oferta de cursos técnicos. Mantivemos também os investimentos na evolução do relacionamento com os clientes e no redesenho de nossos canais digitais, com a adoção das melhores práticas de *marketing* digital. No âmbito da gestão da aprendizagem, adquirimos diversas plataformas que possibilitaram a intensificação de nossa transformação digital.

Estrutura societária

Posição acionária de 31 de dezembro de 2022:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	34,76%	132.707.280	34,76%
D2HFP - Fundo de Investimento em participações	85.679.880	22,44%	85.679.880	22,44%
Gama 1 FIM	42.839.940	11,22%	42.839.940	11,22%
Redmond FIM	42.839.940	11,22%	42.839.940	11,22%
Ações em tesouraria	5.602.700	1,47%	-	0,00%
Ações em circulação	72.152.500	18,90%	77.755.200	20,36%
	381.822.240	100,00%	381.822.240	100,00%

Desempenho Operacional e Financeiro

Desempenho Operacional

Base de Alunos

Base de alunos (em milhares)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	% Var. 22/21
Ensino Presencial	135,2	130,0	4,0%
Ensino EAD	269,0	243,8	10,3%
Total	404,2	373,8	8,1%

Encerramos o ano mostrando a retomada do presencial e continuidade na expansão do EaD com um aumento de 4,0% na base de alunos do presencial, e 10,3% na base do EaD, o que viabilizou um aumento de 8,1% da nossa base total de alunos, comparado ao mesmo período de 2021.

Financiamento Estudantil

Financiamentos Estudantis (em milhares)	4T22	4T21	Var.% 22/21
Alunos Ensino Presencial	135,2	130,0	4,0%
Alunos CREDUCSUL (sistema próprio)	0,5	0,9	-46,6%
% de Alunos CREDUCSUL	0,4%	0,7%	-0,4pp
Alunos FIES (sistema público)	1,7	2,4	-28,1%
% de Alunos FIES	1,3%	1,8%	-0,6pp
Alunos PRAVALER (sistema parceiro)	8,7	5,3	64,8%
% de Alunos PRAVALER	6,4%	4,1%	2,5pp
Total de Alunos com Financiamento	10,9	8,6	27,1%
% de Alunos com Financiamento	8,1%	6,6%	1,5pp

A Cruzeiro do Sul encerrou o 4T22 com 8,1% de alunos do ensino presencial com financiamento estudantil (CREDUCSUL, FIES e PRAVALER), ante 6,6% no 4T21.

Crescimento Orgânico

A Companhia segue sua estratégia de crescimento orgânico com a criação de 118 novos cursos no 4T22, sendo 98 em EaD e 20 presenciais. Com isso, chega ao total de 1.382 cursos ofertados, sendo 778 em EaD e 604 presenciais.

Desempenho Financeiro

Resultado

Demonstração dos resultados consolidados da Cruzeiro do Sul:

Demonstração do resultado (em milhares de Reais, exceto %)	4T22	4T21	Var.% 22/21	2022	2021	Var.% 22/21
Receita líquida	521.863	482.991	8,0%	2.028.320	1.820.615	11,4%
Custo dos serviços prestados	(302.655)	(260.227)	16,3%	(1.080.179)	(962.746)	12,2%
Lucro bruto	219.208	222.764	-1,6%	948.141	857.869	10,5%
Margem Bruta	42,00%	46,12%	-4,1pp	46,75%	47,12%	-0,4pp
(Despesas) e receitas operacionais	(171.966)	(141.524)	21,5%	(636.495)	(544.528)	16,9%
Despesas gerais e administrativas	(100.100)	(98.410)	1,7%	(409.485)	(366.039)	11,9%
Depreciação e amortização	(39.455)	(25.232)	56,4%	(118.413)	(93.898)	26,1%
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(40.293)	(24.695)	63,2%	(135.354)	(98.446)	37,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	7.882	6.813	15,7%	26.757	13.855	93,1%
Lucro Operacional	47.242	81.240	-41,8%	311.646	313.341	-0,5%
Margem Operacional	9,1%	16,8%	-7,8pp	15,4%	17,2%	-1,8pp
(+) Depreciação e amortização ¹	(69.984)	(51.627)	35,6%	(238.772)	(195.526)	22,1%
EBITDA	117.226	132.867	-11,8%	550.418	508.867	8,2%
Margem EBITDA	22,5%	27,5%	-5,0pp	27,1%	28,0%	-0,7pp
(+) Itens Não Recorrentes ²	7.338	6.001	22,3%	30.225	26.997	12,0%
EBITDA ajustado	124.564	138.868	-10,3%	580.643	535.864	8,4%
Margem EBITDA ajustado	23,9%	28,8%	-4,9pp	28,6%	29,4%	-0,9pp
Resultado Financeiro Líquido	(60.723)	(52.262)	16,2%	(303.606)	(233.804)	29,9%
Receitas financeiras	36.697	28.265	29,8%	127.976	57.900	121,0%
Despesas financeiras	(97.420)	(80.527)	21,0%	(431.582)	(291.704)	48,0%
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.481)	28.978	n.a.	8.040	79.537	-89,9%
Imposto de renda e contribuição social	(2.021)	(3.889)	-48,0%	(1.434)	3.418	n.a.
Lucro Líquido (Prejuízo)	(15.502)	25.089	n.a.	6.606	82.955	-92,0%
Margem Líquida	-3,0%	5,2%	-8,2pp	0,3%	4,6%	-4,2pp

¹No montante de "Depreciação e amortização", considerado para fins de EBITDA (R\$69.984 mil no 4T22 e R\$51.627 mil no 4T21; R\$238.772 mil em 2022 e R\$195.526 mil em 2021), constam, além dos valores dessa rubrica no grupo de "(Despesas) e receitas operacionais" (R\$39.455 mil no 4T22 e R\$25.232 mil no 4T21; R\$118.413 mil em 2022 e R\$93.898 mil em 2021), os efeitos de Depreciação de Direito de Uso, que nas demonstrações dos resultados são alocados no grupo de "Custos dos serviços prestados" (R\$30.529 mil no 4T22 e R\$26.395 mil no 4T21; R\$120.359 mil em 2022 e R\$101.628 mil em 2021).

²Itens não recorrentes: (i) Custos com reestruturação, (ii) Inauguração e Expansão de Unidades e Polos (Guarulhos, Villa Lobos e Campina Grande), e (iii) Custos do M&As.

Receita Bruta e Líquida

A Companhia encerrou ano de 2022 com receita líquida de R\$2.028,3 milhões, o que representa um aumento de 11,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para essa variação, o crescimento de alunos, que foi de 8,1% em 2022, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Custo dos Serviços Prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 12,2% ou R\$117,5 milhões, passando de R\$962,7 milhões no exercício findo em 31

de dezembro de 2021, para R\$1.080,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os principais impactos para o aumento dos custos foram em salários de docentes e técnicos administrativos e preceptores em virtude principalmente de reajuste salarial e também a maior demanda de atendimento ao aluno (CAA) e preceptores. Também tivemos um crescimento nos custos com parceria em virtude, principalmente, de repasses a polos parceiros EAD (aumento da receita). Outros impactos que tivemos foi em depreciação do direito de uso decorrente da variação do IGPM/IPCA nos aniversários dos contratos e em limpeza e segurança onde ocorreu reajuste nos contratos.

Lucro Bruto e Margem Bruta

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto da Companhia aumentou 10,5% ou R\$90,2 milhões, passando de R\$857,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$948,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento do lucro bruto está associado principalmente ao aumento da receita líquida com o percentual dos custos mantendo-se em linha nos dois exercícios.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 11,9%, passando para o valor de R\$409,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$366,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento em Publicidade e propaganda, devido ao aumento na campanha das rematrículas.

Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização da Companhia aumentou 26,1%, passando para o valor de R\$118,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$93,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente com amortização de *softwares* devido ao aumento dos projetos de melhoria em softwares no decorrer do ano de 2021.

Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia aumentaram 37,5%, apresentando o valor de R\$135,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$98,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em função da maior inadimplência e crescimento da receita/contas a receber.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

A linha de outras receitas operacionais, líquidas aumentou 93,1%, alcançando R\$26,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$13,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, devido, principalmente, a aluguel de espaços para eventos diversos.

EBITDA

Em 2022, a Companhia registrou um acréscimo de 8,2% em comparação com o ano anterior, atingindo um EBITDA de R\$550,4 milhões, ante R\$508,9 milhões em 2021, justificado pelo (i) incremento das receitas oriundas da graduação EaD e volta do presencial em sua totalidade, com o aumento no número de alunos; e (ii) aumento do *ticket* médio em todas modalidades e (iii) pela volta dos eventos presenciais, que beneficiaram o aluguel de nossos espaços que mitigou parte do impacto negativo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

EBITDA Ajustado

Demonstração do resultado (em milhares de Reais, exceto %)	4T22	4T21	Var.%	2022	2021	Var.%
			22/21			22/21
EBITDA	117.226	132.867	-11,8%	550.418	508.867	8,2%
Margem EBITDA	22,5%	27,5%	-5,0pp	27,1%	28,0%	-0,8pp
(+) Custos com reestruturação	-	-	-	6.391	6.589	-3,0%
(+) Inauguração e Expansão de Unidades e Polos	408	2.155	-81,1%	4.505	7.609	-40,8%
(+) Custos dos M&A e outros	6.930	3.846	80,2%	19.329	12.799	51,0%
(=) Itens Não Recorrentes	7.338	6.001	22,3%	30.225	26.997	12,0%
EBITDA Ajustado	124.564	138.868	(10,3%)	580.643	535.864	8,4%
Margem EBITDA Ajustado	23,9%	28,8%	-4,9pp	28,6%	29,4%	-0,8pp

O EBITDA Ajustado da Companhia registrou aumento, com acréscimo de 8,4% em relação a 2021, quando o valor foi de R\$535,9 milhões para R\$580,6 milhões, em 2022.

Em 2022, os custos não recorrentes, referem-se à inauguração e expansão de unidades e Polos (Guarulhos, Villa Lobos e Campina Grande) e custos dos M&A e outros, referentes consultoria de planejamento estratégico e reestruturação.

Resultado Financeiro

Receita financeira

As receitas financeiras apresentaram uma variação positiva de R\$70,1 milhões ou 121,0%, de R\$128,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$57,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é oriunda substancialmente dos rendimentos das aplicações financeiras.

Despesa financeira

As despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$139,9 milhões ou 48,0%, de R\$431,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado às despesas de R\$291,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos aumentos das taxas de juros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ("IR/CS") corrente e diferido da Companhia reduziu R\$4,9 milhões ou 142,0%, alcançando um imposto de -R\$1,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um imposto de R\$3,4 milhões no

exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação refere-se ao incremento em 2021 de IR/CS diferido pelas diferenças temporárias como constituição para provisão contingências e atualização monetária dos contratos de arrendamento.

Lucro Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido da Companhia reduziu 92,0% ou R\$76,4 milhões, passando de um lucro líquido de R\$83,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$6,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores: (i) Aumento na depreciação e amortização, em função da atualização monetária dos contratos de aluguel; (ii) Incremento da PECLD, refletindo o aumento da receita e ambiente macroeconômico mais desafiador; e (iii) Aumento nas despesas financeiras, reflexo do aumento do CDI.

Balanco Patrimonial

Balancos Patrimoniais (em milhares de Reais, exceto %)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Var.% 22/21
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	852.743	1.084.985	27,2%
Contas a receber	215.995	187.816	-13,0%
Tributos a recuperar	28.948	13.557	-53,2%
Outros Ativos	23.508	16.019	-31,9%
Total do ativo circulante	1.121.194	1.302.377	16,2%
Não circulante			
Contas a receber	21.393	24.273	13,5%
Depósitos judiciais	23.940	18.375	-23,2%
Outros créditos	63.457	46.147	-27,3%
Tributos diferidos	104.087	100.514	-3,4%
Investimentos	146	146	0,0%
Imobilizado, líquido	519.784	485.936	-6,5%
Direito de uso	1.152.355	1.092.179	-5,2%
Intangível, líquido	1.701.266	1.706.070	0,3%
Total do ativo não circulante	3.586.428	3.473.640	-3,1%
Total do ativo	4.707.622	4.776.017	1,5%
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	3.770	15.122	301,1%
Debêntures	232.154	115.479	-50,3%
Fornecedores	69.368	50.471	-27,2%
Obrigações com partes relacionadas	2.948	2.519	-14,6%
Obrigações trabalhistas	143.412	120.555	-15,9%
Obrigações tributárias	53.446	49.695	-7,0%
Dividendos a pagar	1.569	19.702	1155,7%
Adiantamentos de clientes	40.820	39.242	-3,9%
Passivo de arrendamento	100.379	78.326	-22,0%
Obrigações por aquisição de participações societárias	-	63.688	-100,0%
Receita diferida	722	722	0,0%
Outras contas a pagar	8.095	4.372	-46,0%
Total do passivo circulante	656.683	559.893	-14,7%
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	3.761	-100,0%
Debêntures	831.242	1.042.297	25,4%
Obrigações trabalhistas	8.494	24.847	192,5%
Obrigações tributárias	129.800	136.540	5,2%
Tributos diferidos	16.484	17.278	4,8%
Provisão para demandas judiciais	67.487	65.295	-3,2%
Passivo de arrendamento	1.206.276	1.124.717	-6,8%
Obrigações por aquisição de participações societárias	372.756	331.714	-11,0%
Receita diferida	9.508	10.230	7,6%
Outras contas a pagar	3.498	5.657	61,7%
Total do passivo não circulante	2.645.545	2.762.336	4,4%
Patrimônio líquido			
Capital social	1.203.576	1.203.576	0,0%
Ações em tesouraria	(23.133)	-	-100,0%
Reserva de capital	161.978	161.978	0,0%
Reserva de lucros	62.973	88.234	40,1%
Total do patrimônio líquido	1.405.394	1.453.788	3,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.707.622	4.776.017	1,5%

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução de Contas e Prazo Médio a Receber (em milhares de Reais, exceto %)	2022	2021
Mensalidades	360.758	346.517
Crédito universitário	62.392	59.155
Acordos em andamento	62.883	47.440
Outras contas a receber	55.642	41.912
Contas a Receber Bruto	541.675	495.024
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(290.907)	(278.375)
Ajuste a valor presente	(13.380)	(4.560)
Contas a Receber Líquido	237.388	212.089
Receita Líquida	2.028.320	1.820.615
Prazo Médio de Recebimento Líquido	42	42

O prazo médio de recebimento em 2022 ficou em 42 dias, estável vs. 2021. O Contas a Receber Bruto e a PECLD tiveram variação em linha com o crescimento da receita.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

(em milhares de Reais, exceto %)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Var.% 22/21
	Empréstimos, financiamentos e Derivativos	3.770	18.883
Debêntures	1.063.396	1.157.776	-8,2%
Passivos de arrendamento (IFRS 16)	1.306.655	1.203.043	8,6%
Aquisições	372.756	395.402	-5,7%
(=) Dívida bruta	2.746.577	2.775.104	-1,0%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(852.743)	(1.084.985)	-21,4%
(=) Dívida líquida	1.893.834	1.690.119	12,1%

O aumento da dívida líquida da Cruzeiro do Sul deve-se, principalmente, à redução de caixa e equivalentes de caixa justificada principalmente pela recompra de ações no valor de R\$ 23,1 milhões e distribuição de dividendos no montante de R\$ 50 milhões.

Investimentos (CAPEX)

Os investimentos em 2022 foram de aproximadamente R\$ 144,9 milhões, motivado, principalmente pela retomada dos investimentos em infraestrutura que haviam sido paralisados em função da pandemia.

Adicionalmente, vale destacar que os investimentos com expansão em 2022 foram provenientes, principalmente de benfeitorias nos campi versus a abertura dos campi de Guarulhos e Villa Lobos em 2021.

Geração de Caixa Operacional

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$48,0 milhões ou 10,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, passando de um caixa gerado de R\$465,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para uma geração de R\$513,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Essa variação deu-se, principalmente, pelo incremento das receitas em função do aumento do número de alunos.

Principais premiações, reconhecimentos e certificações

Recebemos em 2022 uma série de prêmios e certificações que atestam o êxito de nossos investimentos de longo prazo no tripé ensino, pesquisa e extensão – contemplados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fomos reconhecidos ainda pelo relacionamento sólido com investidores, imprensa e público, o que demonstra o profissionalismo de nossos colaboradores.

3º maior grupo educacional do Brasil

A Cruzeiro do Sul conquistou a 3ª posição entre os 10 maiores do setor de educação do país, no Ranking Anual Valor 1.000 (2022). Além disso, conquistou destaque nas avaliações: Alavancagem Financeira (1º lugar), Margem Ebitda e Rentabilidade (2º lugar), Evolução da Receita Líquida (3º lugar), Receita Líquida (5º lugar) e Cobertura de Juros (5º lugar). No ranking geral, que abarca empresas de todos os segmentos, a CSE ficou em 465º lugar.

Destaque entre os maiores e melhores nos principais rankings 2022

Posição 266ª das 1.000 maiores da IstoÉ Dinheiro e 5ª no setor educacional; 5ª posição no setor educacional na Maiores & Melhores 2022 da Exame; No Anuário 360º da Época Negócios – Melhores Empresas do Brasil 2022, ficou em 294ª lugar no ranking geral, 171ª posição em ESG e Governança, e 90ª em Inovação.

Times Higher Education (THE)

A Unifran foi classificada em primeiro lugar entre as instituições particulares brasileiras pelo *Impact Ranking (IR)*, do grupo britânico *Times Higher Education (THE)*, que avalia o desempenho no cumprimento dos Objetivos do Desempenho Sustentável da Organização das Nações Unidas.

SCIImago Institutions Rankings (SIR)

Quatro de nossas Universidades foram classificadas no ranking que avalia as IES e as evidências por seus desempenhos em pesquisa, inovação e impacto social. A Universidade Positivo, a Universidade de Franca (Unifran), a Universidade Cidade de S. Paulo (Unicid) e a Universidade Cruzeiro do Sul se posicionaram entre as melhores da América Latina.

AD Scientific Index

Nossos pesquisadores (28) foram classificados no índice que seleciona os dez mil mais influentes

da América Latina. O *ranking* adota sistema de classificação e análise baseado no desempenho científico e valor agregado da produtividade científica dos pesquisadores.

Socialmente Responsáveis

Todas as nossas instituições receberam o selo Socialmente Responsável conferido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes). O prêmio destaca instituições que promovem ações dedicadas ao bem-estar social e desenvolvimento sustentável das comunidades com a colaboração das comunidades acadêmicas.

Empresas Mais Inovadoras do Brasil

Figuramos pela primeira vez entre as 150 Empresas Mais Inovadoras do Brasil, segundo o Especial Valor Inovação 2022, em 5º lugar no setor de Educação e 118º lugar no *ranking* geral.

Guia da Faculdade

Nossos cursos conquistaram 1.747 estrelas no Guia da Faculdade 2022. Foram avaliados 535 cursos presenciais e a distância, 235 deles com a conquista de 4 e 5 estrelas. A edição avaliou mais de 15 mil cursos de graduação de todo o Brasil.

Atuação na imprensa

Pela segunda vez, fomos reconhecidos como uma das empresas que se comunica melhor com jornalistas, na categoria Educação. A premiação foi promovida pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos de Comunicação (Cecom) a partir da indicação, por 25 mil jornalistas, de três companhias em cada um dos 30 setores avaliados.

Reclame Aqui

Pela primeira vez, fomos indicados ao prêmio, que reconhece as melhores e mais eficazes instituições na resolução de problemas do público de acordo com a opinião popular. Conquistamos o terceiro lugar na categoria Educação – Universidades e Faculdades.

Ranking dos investidores

Em nosso primeiro ano como empresa de capital aberto, fomos destacados em dois *rankings* do setor de Educação da revista norte-americana *Institutional Investor*, uma das mais renomadas publicações especializadas no setor de *equities*. Ficamos na terceira colocação tanto em equipe de Relações com os Investidores (RI) quanto em profissional de RI – o Diretor-Executivo de RI, Luis Felipe Bresaola – na avaliação dos investidores (buy side).

Selo IES Amiga da Iniciação Científica

Semesp – Nossas instituições Braz Cubas, Ceusnp, Fass, Módulo, UDF, Unicid, Unipê, Unifran, UP e Universidade Cruzeiro do Sul detêm a certificação, que visa aumentar a visibilidade da iniciação científica como um importante passo no processo de formação profissional dos estudantes.

Avaliação do MEC

Recebemos Conceito 5 (em escala de 1 a 5) no Relatório de Avaliação de Recredenciamento da Universidade Cruzeiro do Sul, do Ministério da Educação, atendendo com excelência todos os critérios estabelecidos.

Registro de Patentes

Reforçando o posicionamento de qualidade acadêmica, pesquisadores da Unicid e Unifran registraram patente sobre insumos gerados em tratamento de esgoto para serem utilizados na agricultura, sendo mais uma forma de contribuir para a sustentabilidade do país. No total, o Grupo possui 11 patentes concedidas, 16 depositadas (três em 2021) e uma licenciada entre Brasil, Japão, Europa e Estados Unidos.

Regulação

Destaque nas avaliações do Ministério da Educação (“MEC”)

Em relação ao IGC (Índice Geral de Cursos), ainda não foram publicados os dados de 2022. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de IGC do ano anterior: Braz Cubas, FSG e UNIPÊ atingiram a faixa 4 do IGC, além do avanço generalizado no IGC contínuo de todas as IES da Companhia. Assim, o percentual de IGC satisfatório é de 100%, considerando as instituições ativas da Cruzeiro do Sul Educacional.

Em relação ao CPC (Conceito Preliminar de Curso), ainda não foram publicados os dados de 2022. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de CPC do ano anterior: cerca de 98% dos cursos do Grupo foram avaliados com conceito satisfatório, considerando-se os últimos indicadores publicados pelo MEC. Das 246 avaliações de curso, em 2022, alcançamos 95,5% Conceitos de Curso (CC) nas faixas 4 e 5.

É importante destacar, ainda, os credenciamentos EaD da Universidade Cruzeiro do Sul e do Centro Universitário da Serra Gaúcha, com conceito 5 - máximo do MEC.

A Cruzeiro do Sul acompanha sistematicamente os resultados das avaliações externas e internas a fim de garantir a qualidade dos seus serviços educacionais, bem como a melhoria contínua dos indicadores de suas instituições e cursos.

Pesquisa e Desenvolvimento

Reconhecidos por sua excelência na produção de pesquisa, os docentes pesquisadores das IES do Grupo ministram aulas na pós-graduação stricto sensu e na graduação.

Isso faz com que os discentes recebam, em sala de aula, um conhecimento sempre atualizado e com base no olhar crítico e científico do professor pesquisador. Também permite que os discentes dos cursos de Graduação tenham a oportunidade de desenvolver projetos de pesquisa em Iniciação Científica. Essa integração amplia a convivência dos alunos já nos primeiros anos de curso ao mundo acadêmico, contribuindo para despertar seu interesse pela investigação científica e tecnológica. Os estudantes da graduação, assim como os de pós-graduação, são estimulados a participar de seminários semanais oferecidos pelos Programas, das discussões semanais dos grupos de pesquisa e dos eventos científicos nacionais e internacionais (workshops, Congressos e Simpósios).

Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelos docentes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu – mestrado e doutorado – do Grupo Cruzeiro do Sul em 2022.

Item	Total
Teses e dissertações defendidas (Titulação de mestres e Doutores)	237
Grupos de Pesquisa Científica e Tecnológica Certificados pelo CNPq	102
Professores/Pesquisadores Bolsistas Produtividade CNPq	38
Professores/Pesquisadores entre os melhores e mais influentes Cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top. 10.000)	39

Foram publicados 4.664 trabalhos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, no período citado (2017 a 2020), na Plataforma Sucupira da CAPES.

Pós-graduação: formação de excelência

Temos o orgulho de promover a formação e qualificação de profissionais, cientistas e professores que passam pelos nossos cursos de pós-graduação e que se tornam multiplicadores na geração de conhecimento em outras instituições de Ensino Superior dentro e fora do Brasil, bem como no setor privado. Os professores pesquisadores da Cruzeiro do Sul formaram em 2022, um total de 184 mestres e 53 doutores. Dados, a seguir, por instituição:

Instituição de Ensino	Mestres titulados	Doutores titulados
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	42	5
Universidade Cruzeiro do Sul	26	13
Universidade de Franca (UNIFRAN)	41	20
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	28	-
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	20	-
Universidade Positivo (UP)	27	15
Total	184	53

Governança Corporativa

Desde 2021, quando abrimos o capital, as famílias fundadoras atuam de forma estratégica, integrando o Conselho de Administração e comitês temáticos. A cada três meses, esses conselheiros se reúnem com o Diretor-Presidente para assegurar a preservação dos valores que norteiam os negócios, responsáveis pelo sucesso de nossa trajetória.

Com vistas ao aprimoramento contínuo da governança, criamos duas vice-presidências em 2022 – de Educação Presencial e de Educação a Distância –, adotando um modelo com lideranças, de forma a imprimir agilidade nas respostas às demandas do mercado e dos clientes. Nossas IES são geridas por profissionais qualificados, que respondem diretamente às vice-presidências de Educação Presencial e de Educação a Distância.

Estão ainda estabelecidos Núcleos de Trabalho para a discussão de temas relacionados a sete pilares: Direitos Humanos e Inclusão; Responsabilidade Socioambiental; Empreendedorismo e Trabalhabilidade; Saúde e Bem-Estar; Inovação Acadêmica e Práticas de Extensão;

Internacionalização e Redes de Cooperação; e Gestão de Produtos e Resíduos. Os núcleos são compostos por professores representantes das IES e contam com apoio das áreas administrativas para a realização de projetos de impacto social.

São indicados para compor o Conselho de Administração, seus Comitês e a Diretoria profissionais qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos nossos valores e cultura. A indicação considera critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade.

Há também mecanismos informais de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) e da Diretoria, conforme previsão do item 7.1 do Formulário de Referência da Companhia. As avaliações abrangem tanto avaliação do órgão quanto individual. Utilizamos avaliações objetivas e subjetivas: a primeira pode resultar do cumprimento de metas anuais e a subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Essas avaliações ocorrem anualmente e, de acordo com os resultados, são implementados planos de ações, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, acionistas e não acionistas, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. No mínimo dois, ou 20% dos seus membros (o que for maior) deve ser composto por conselheiros independentes, de acordo com critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, temos três conselheiros independentes (33% dos membros). Os mandatos têm prazo de dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Com o suporte do Diretor-Presidente e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, o órgão é responsável pela fixação de nosso direcionamento estratégico no curto, médio e longo prazos e, por essa razão, também responde pela definição da Missão, Visão e Valores internos, bem como pela aprovação de todas as políticas organizacionais, sempre zelando pela manutenção da ética e da transparência no relacionamento com todos os *stakeholders*.

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tem autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho. É composto por no mínimo três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente e outro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2022, O Comitê de Ética e Conduta, antes vinculado à Presidência, passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria.

Tem como responsabilidades opinar sobre a contratação de auditoria independente; avaliar informações trimestrais e políticas internas; acompanhar o mapeamento e o gerenciamento de riscos; identificar conflitos de interesses e oportunidades de melhoria de controles internos; e garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança

corporativa, entre outras atribuições.

Comitê de Finanças e M&A

Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza financeira e relativos ao mercado de capitais e acompanhar o planejamento e a gestão financeira interna. Outras atribuições incluem assessoria ao Conselho de Administração sobre o acompanhamento e recomendação de aprovação de operações de combinação de negócios, as políticas financeiras internas (incluindo hedge e limites de crédito das aplicações de caixa), bem como dos descasamentos de moedas e o índice de endividamento (alavancagem); análise de proposta orçamentária anual e plurianual da diretoria a ser aprovada pelo Conselho de Administração e outras propostas da Diretoria; acompanhamento do planejamento financeiro e fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo; e outros assuntos solicitados pelo Conselho de Administração.

Comitê de Ética e Conduta

Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Presidência, composto por quatro membros fixos, sendo eles o Diretor-Presidente, a Diretora de Recursos Humanos, a Diretora Jurídica e de *Compliance* e o *head* de Auditoria interna. Pode ainda contar com membros convidados, de acordo com a natureza dos casos analisados. É responsabilidade do órgão zelar para que o nosso compromisso de agir de forma ética, íntegra e transparente seja cumprido e que as atividades sejam conduzidas em conformidade com as leis nacionais e internacionais vigentes, com as melhores práticas de governança corporativa e em consonância com seus valores. Outra atribuição do comitê é analisar todas as preocupações cruciais e reportá-las ao Comitê de Auditoria Estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Os reportes são realizados por meio de reuniões ordinárias trimestrais, podendo ocorrer também em encontros extraordinários, a depender da criticidade do assunto tratado.

Comitê Acadêmico

Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Tem como atribuição supervisionar, analisar e opinar sobre quaisquer questões referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Companhia e sociedades integrantes do grupo.

Comitê de Inovação & Estratégia

Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza estratégia e relativas ao mercado de capitais e inovações, como o acompanhamento de tendências de mercado, planejamento estratégico, de marketing e inovação da Companhia, , identificando demandas, negócios,

mercados e nichos de atuação potenciais; acompanha a construção e a implementação do Planejamento Estratégico, propondo ajustes se necessário; assessora a administração no processo de transformação digital e inovação; avalia e propõe cursos, produtos e serviços educacionais; e acompanha as estratégias de *marketing* e comunicação, incluindo as de marcas.

Comitê de Pessoas

Órgão de assessoramento (não estatutário) do Conselho de Administração, composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por analisar e opinar sobre os assuntos relacionados ao desenvolvimento de seus administradores e profissionais, cultura e ambiente de trabalho e processos relativos à gestão de pessoas, cultura organizacional, sindicais e governança corporativa.

O Código de Conduta

Ética e transparência são alguns de nossos valores, formalizados no Código de Conduta, aplicado a todos os colaboradores – que assinam termo de ciência e aceite de seus compromissos. Pautado pelas melhores práticas e os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos, o documento expressa diretrizes sobre governança, respeito à identidade e diversidade, não discriminação e combate ao assédio moral e sexual e abuso de poder, entre outras. Também contempla regras relacionadas à integridade e ao combate à corrupção – temas sobre os quais eventuais desvios podem ser reportados ao Canal Seguro.

Canal Seguro

Com papel estratégico em nosso Programa de Conformidade, o Canal Seguro vem sendo amplamente divulgado em apresentações e treinamentos conduzidos pela área de Conformidade e em comunicados e informações divulgados em nossa intranet, a Rede Cruzeiro. A ferramenta se dispõe a receber denúncias sobre desvios de conduta, identificadas ou anônimas, garantindo o sigilo, a confidencialidade e apuração adequada dos relatos.

Todos os relatos são analisados e encaminhados para tratativa pela área de Conformidade, que conduz o processo de apuração de forma imparcial e delibera sua conclusão, o que pode incluir a aplicação de medidas disciplinares e planos de ação de caráter educativo ou preventivo. Os casos mais críticos ou que envolvam níveis de gestão distintos são deliberados pelo Comitê de Ética e Conduta.

A área de Conformidade também pode ser acionada para o esclarecimento de dúvidas, prestar consultoria interna ou receber relatos de preocupações ou denúncias por e-mail e presencialmente. Adicionalmente, em 2022 foi lançado o programa de Embaixadores de Compliance, por meio do qual foram eleitos representantes em todas as unidades de negócio com o objetivo de facilitar a comunicação, disseminação de conteúdo e esclarecimento de dúvidas, fazendo com que a cultura de conformidade seja divulgada e praticada por todos os nossos colaboradores.

O Canal Seguro é acessado pelo link <https://www.contatoseguro.com.br/cruzeiroeducacional>, disponível em todos os sites das instituições que fazem parte do Grupo.

Combate à Corrupção

A garantia de integridade e o combate à corrupção estão previstos em nosso Código de Conduta e, para materializá-los, adotamos uma série de iniciativas, como a inclusão de cláusulas anticorrupção em nossos contratos, análise de doações, patrocínios, avaliação personalizada em contratos com o poder público, monitoramento de pessoas politicamente expostas em nossos cargos de gestão ou decisão, além de treinamentos envolvendo colaboradores e diretores.

Gestão de pessoas

A CSED encerrou 2022 com um total de 7.082 colaboradores, sendo 3.104 homens e 3.978, ou seja, 56% da força de trabalho é composta por mulheres.

Talentos que fazem nossa constelação brilhar

A valorização de nossos colaboradores e a garantia de ambiente organizacional seguro, saudável e inclusivo são compromissos gerenciados pela Diretoria de Recursos Humanos – dedicada a identificar e aplicar melhorias contínuas em nossa cultura corporativa, política de atração, contratação, treinamento, valorização e retenção de talentos.

No fim de 2022, contávamos com 7.082 colaboradores em nossos colégios e IES, os quais envolvemos em iniciativas como o Programa de Gestão de Talentos e o Plano de Sucessão, que fortalecem o processo de recrutamento interno. O monitoramento dos dados de gestão de pessoas, especialmente turnover, é feito por meio de indicadores apurados mensalmente.

Buscamos o desenvolvimento de nossos colaboradores com a oferta de treinamentos e capacitações o estímulo à educação formal. Nesse sentido, todos têm direito a bolsas de estudos em nossas IES. Em 2022, quando foram oferecidas 2.917 bolsas para colaboradores e seus dependentes.

Capacitação e Educação

Oferecemos diversos treinamentos aos colaboradores por intermédio de parceiros e, especialmente, via nossa Universidade Corporativa, que, em 2022, concentrou-se na disponibilização de conteúdos relacionados a demandas digitais, além de ter mantido trilhas de desenvolvimento personalizadas que estimulam a autoaprendizagem e as competências essenciais aos nossos negócios. São oferecidos ainda cursos sob demanda, de acordo com necessidade das áreas.

A avaliação de desempenho dos colaboradores é atribuição dos gestores de áreas, que contam com o suporte da Diretoria de Recursos Humanos. Com o programa de Gestão de Talentos, lançado em 2022, consolidamos a avaliação regular dos resultados, desempenho e competências dos profissionais, obtendo informações essenciais ao desenvolvimento e à gestão de carreira dos nossos talentos.

Saúde e segurança

Para garantir a saúde, segurança e o bem-estar de nossos colaboradores, mantemos Gerência de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSA) e Política de Saúde, Segurança do Trabalho e Proteção Ambiental, alinhada ao nosso Código de Conduta e à legislação aplicável. Seguimos

rigorosamente todas as exigências legais, entre elas as Normas Reguladoras (NRs) do Ministério do Trabalho. Também identificamos e gerenciamos continuamente as situações que possam apresentar riscos, e atuamos de forma preventiva por meio do monitoramento periódico de indicadores. Todos os profissionais (100%) estão contemplados no sistema de gestão de saúde e segurança do trabalhador – à exceção dos terceirizados –, que também está de acordo com todos os requisitos legais. Em nossas unidades atuam equipes de técnicos de segurança do trabalho, ambulatórios (nas IES de São Paulo, Curitiba, Franca e João Pessoa) ou rede credenciada de serviços de saúde ocupacional.

Sustentabilidade (ESG)

Acreditamos que a Agenda ESG é inerente às empresas de educação, uma vez que os serviços prestados por elas impactam positiva e diretamente na sociedade via formação cidadã de milhares de estudantes. Em 2022, conduzimos ajustes em nossa estrutura de governança, adotando as melhores práticas do mercado, e avançamos na pauta da sustentabilidade com a incorporação de projetos sobre o tema em nossas IES e por meio da conscientização da comunidade.

Nossa gestão ESG tem como missão zelar pelo cumprimento da agenda de sustentabilidade e pelo bom andamento dos projetos e planos de ação relacionados aos pilares social, ambiental e de governança corporativa, atuando em parceria com o Comitê de Pessoas, a Comissão Interna de Sustentabilidade e os Núcleos de Trabalho, além de prestadores de serviço externos, gestores e colaboradores.

Nosso propósito é contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos direta e indiretamente com o nosso negócio, com vistas a uma sociedade mais sustentável e resiliente. Por meio da educação, é possível potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos entornos das operações, sendo referência em impacto social positivo.

Questões Ambientais

Nosso compromisso com o meio ambiente vai além da gestão eficiente dos recursos naturais. Envolve também pesquisas por parte das universidades e conscientização de estudantes e comunidades no entorno de nossos *campi* sobre a importância da preservação. Todos os nossos contratos com fornecedores e outros parceiros incluem cláusulas relacionadas a respeito ambiental, compromisso com a proteção e prevenção e erradicação de práticas danosas.

Nossas IES desenvolveram ainda projetos e campanhas alinhados às boas práticas de preservação, ecoeficiência nos processos e economia de recursos, com resultados promissores. No início de 2022, criamos uma área de Gestão Ambiental para avaliar e controlar impactos relacionados, desenvolver planos de ação e definir objetivos, metas e indicadores a serem monitorados. Demos continuidade também à nossa transformação digital, gerando, assim, economia de grande volume de papel.

Questões Sociais

Ações junto às comunidades

O setor educacional está entre os de maior potencial transformador. Ao levar ensino de qualidade a milhares de pessoas, impulsionamos a qualidade de vida e facilitamos a ascensão

social e econômica. Contribuímos ainda com a formação de profissionais da área de saúde, o que traduz em atendimento de excelência aos futuros pacientes. Formamos também grande número de pedagogos, que serão responsáveis pela continuidade do ensino – cerca de 80% de nossos egressos atuam em escolas públicas.

Em um país de dimensão continental, com renda média per capita baixa, como o Brasil, exercemos papel inclusivo. Com a ampliação de nossos polos de educação a distância alcançamos cidades que nem sempre dispõem de ensino presencial, gerando empregos e qualificando a mão de obra profissional. Com o desenvolvimento de pesquisas, colaboramos também para o progresso científico brasileiro. Em 2022, investimos em novas clínicas de odontologia, fisioterapia, psicologia, medicina veterinária, biomedicina e direito, todas em fase de maturação e com licença validadas pelos órgãos competentes locais oferecem atendimento a comunidade local.

Por meio de nossas atividades de extensão, proporcionamos diversos atendimentos e criamos projetos com aplicação prática no dia a dia das pessoas ao redor de nossos *campi*. Com o fim da fase mais crítica da pandemia da Covid-19, retomamos integralmente nossas atividades de responsabilidade social.

Nossos cursos oferecem aulas práticas por meio de diversos serviços à comunidade em seus núcleos e clínicas. Dessa forma, os estudantes têm visão mais humanizada de suas profissões, enquanto a população usufrui serviços de qualidade gratuitamente ou por um preço justo. Ao mesmo tempo em que mobilizam os conhecimentos adquiridos, nossos estudantes aprendem a partir da troca com a comunidade.

Todos os campi de ensino presencial promovem atendimentos à população intra e extramuros. A assistência é realizada pelos estudantes, acompanhados por docentes e profissionais habilitados nas respectivas áreas de conhecimento. O público atendido é formado principalmente por moradores do entorno das IES e de cidades limítrofes, de diferentes classes sociais.

Já os atendimentos extramuros acontecem em parcerias com várias associações, órgãos de classe, empresas, instituições de longa permanência para idosos, ONGs, juizados, indústrias, startups, farmácias, unidades de saúde, escolas, hospitais, laboratórios, clínicas e outros serviços públicos e privados. No ano, implantamos a plataforma *Feegow* para o aprimoramento do atendimento, com agendamento de consultas on-line e prontuário eletrônico, entre outras funcionalidades.

Remuneração dos Acionistas

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$1,6 milhão a serem confirmados por deliberação pela assembleia geral dos acionistas.

Em 28 de abril de 2022, por meio de assembleia geral ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$50,0 milhões, sendo R\$19,7 milhões de dividendos mínimos obrigatórios e R\$30,3 milhões de dividendos adicionais. O pagamento foi realizado no dia 27 de maio de 2022.

Audidores Independentes

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência, em conformidade com a Instrução CVM nº 381/2003: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os honorários referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria e nas revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em auditorias societárias e nas revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação pertinente.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada para prestar os serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$1,9 milhão.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), emitido em 28 de março de 2022; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Declaração do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2022, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul e suas controladas e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Compromissória

A Cruzeiro do Sul Educacional e controladas (“Cruzeiro do Sul” ou “Companhia”) estão vinculadas à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

A Companhia agradece seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços por todo o comprometimento dispensado ao longo do ano de 2022. Os resultados aqui descritos só foram possíveis graças ao apoio e à confiança de todos.

A Administração

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”), com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 – Tatuapé, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CSED3 onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2022, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezesseis instituições de ensino superior, sendo Universidades, Centros Universitários e Faculdades, cinco colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu – SP;
- Faculdade São Sebastião – São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Sociedade Educacional Santa Rita– RS;
- CESUCA – Complexo de Ensino Sup. de Cachoeirinha – RS;
- Sociedade Educacional São Bento – RS;
- Sociedade Educacional Santa Tereza – RS;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;
- Colégio São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Colégio Salto, Salto – SP;
- Grupo Veritas – RS;
- Grupo Unipê – PB;
- Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes – SP;
- Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba – PR; e
- Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, Londrina – PR.

1.1. Reapresentação das cifras comparativas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 – Controladora

A Administração identificou em 2022 a ausência do destaque dos dividendos mínimos obrigatórios a receber das controladas SECID e ACEF referente ao exercício de 2021, no montante de R\$27.277, no Balanço Patrimonial da Controladora em 31 de dezembro de 2021. Deste modo, reapresentamos o Balanço patrimonial – Ativo para as demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2021, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., reclassificando o referido montante da rubrica “Investimentos” para “Outros créditos” (Nota 8).

Demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 – Controladora e Consolidado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram efetuadas reclassificações na demonstração do resultado anual, envolvendo substancialmente as rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, decorrentes de alocações indevidas de valores relativos a serviços de terceiros. As informações comparativas das presentes informações estão sendo ajustadas para refletir tais reclassificações nas demonstrações dos resultados individuais e consolidados do exercício.

	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita Líquida	413.977	-	413.977	1.820.615	-	1.820.615
Custo dos serviços prestados	(238.869)	(409)	(239.278)	(959.948)	(2.798)	(962.746)
Lucro Bruto	175.108	(409)	174.699	860.667	(2.798)	857.869
(Despesas) e receitas operacionais	(70.813)	409	(70.404)	(547.326)	2.798	(544.528)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	104.295	-	104.295	313.341	-	313.341
Resultado financeiro	(21.259)	-	(21.259)	(233.804)	-	(233.804)
Lucro antes do IR/CS	83.036	-	83.036	79.537	-	79.537
IR/CS	(81)	-	(81)	3.418	-	3.418
Lucro líquido do exercício	82.955	-	82.955	82.955	-	82.955

Demonstrações dos valores adicionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Também foram identificados ajustes referentes a remuneração direta e encargos e despesas financeiras que estavam alocados indevidamente na rubrica de "Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais" nas demonstrações dos valores adicionados da Controladora e Consolidado, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receitas	1.230.799	-	1.230.799	4.470.460	-	4.470.460
Insumos adquiridos de terceiros	(177.553)	661	(176.892)	(442.979)	1.044	(441.935)
Retenções	(48.485)	-	(48.485)	(195.526)	-	(195.526)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.004.761	661	1.005.422	3.831.955	1.044	3.832.999
Valor adicionado recebido em transferência	207.156	-	207.156	64.821	-	64.821
Valor adicionado a distribuir	1.211.917	661	1.212.578	3.896.776	1.044	3.897.820
Distribuição do valor adicionado	1.211.917	661	1.212.578	3.896.776	1.044	3.897.820
Empregados	178.233	661	178.894	642.463	983	643.446
Impostos, taxas e contribuições	63.134	-	63.134	196.837	-	196.837
Remuneração de capitais de terceiros	55.374	-	55.374	293.057	61	293.118
Bolsa de estudo	832.221	-	832.221	2.681.464	-	2.681.464
Lucro líquido do exercício	82.955	-	82.955	82.955	-	82.955

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi cedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2022	31/12/2021
Participação Direta		
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	99,40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF")	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	99,99%	99,99%
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	99,99%	99,99%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Cesuca Complexo de Ensino Superior De Cachoeirinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e estando também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados as garantias sobre os processos de ex mantenedor estão sendo demonstrados conforme Nota 8, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme Nota 19.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2% a 5%.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

2.6.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 6.

2.8. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

- (a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.
- (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que variam em torno de 03 a 20 anos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo
Carteira de clientes	04 à 09 anos
Marcas	25 anos à 25 anos e meio
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses à 14 anos e 01 mês
Produção de materiais – EAD	04 anos
Softwares	05 anos

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na nota 11.3.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2022, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para impairment em 31 de dezembro de 2022.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.12. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de remuneração baseado em ações

Os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em dinheiro).

Os valores relativos à remuneração baseada em ações, liquidáveis em caixa, são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *units* no período de aquisição ao direito de exercício. O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação de resultados trimestrais e anuais, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício pelos beneficiários.

2.15. Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

2.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

básico por ação.

2.17. Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel. A operação de sale and leaseback, resultou em um ganho auferidos na transação, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos;
- Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substancia comercial; e
- Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais do Grupo:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Venda de produtos

A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas.

2.19. Receitas financeiras e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está inclusa na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC") e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas aplicáveis a Companhia foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

De acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	14	14	26	26
Banco conta movimento	2.998	1.308	43.434	16.317
Equivalentes de caixa	444.388	721.967	809.283	1.068.642
Total	447.400	723.289	852.743	1.084.985

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, conta correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações de renda fixa, estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 101% a 102,8% do CDI (99% a 106,25% do CDI em 31 de dezembro de 2021), firmadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mensalidades (i)	114.785	95.758	360.758	346.517
Crédito universitário (ii)	2.653	3.928	62.392	59.155
Acordos em andamento (iii)	11.802	9.029	62.882	47.440
Cartões a receber (iv)	12.960	9.649	54.448	40.724
Outras contas a receber (iv)	265	284	1.195	1.188
Subtotal	142.465	118.648	541.675	495.024
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (v)	(85.730)	(70.163)	(290.907)	(278.375)
Ajuste a valor presente	(1.475)	(684)	(13.380)	(4.560)
Total	55.260	47.801	237.388	212.089
Circulante	52.692	45.089	215.995	187.816
Não circulante	2.568	2.712	21.393	24.273

- (i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (ii) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios.

O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), um fundo administrado pela CEF com finalidade de garantir parte do risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

- (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.
- (iv) Parte substancial do saldo é representado pela rubrica de cartões a receber decorrente de mensalidades e valores a receber de escritórios de cobrança terceirizados.
- (v) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, que é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2020	96.800	427.685
Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	30.249	98.446
Baixa contra contas a receber (i)	(56.886)	(247.756)
Saldos em 31/12/2021	70.163	278.375
Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	46.626	135.354
Baixa contra contas a receber (i)	(31.059)	(122.822)
Saldos em 31/12/2022	85.730	290.907

- (i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%	31/12/2022	%	31/12/2021	%
A vencer	24.214	17%	20.340	17%	164.801	30%	135.477	27%
Crédito universitário	2.653	2%	3.928	3%	62.392	12%	59.155	12%
Mensalidades a receber	1	0%	1	0%	397	0%	752	0%
Acordos em andamento	8.335	6%	6.478	6%	46.370	9%	33.658	7%
Cartões a receber	12.960	9%	9.649	8%	54.447	10%	40.724	8%
Outras contas a receber	265	0%	284	0%	1.195	0%	1.188	0%
	118.251	83%	98.308	83%	376.874	70%	359.547	73%
Vencidos	46.347	33%	40.510	34%	155.944	29%	146.614	30%
Até 180 dias	71.904	50%	57.798	49%	220.930	41%	212.933	43%
Acima de 180 dias								
Total	142.465	100%	118.648	100%	541.675	100%	495.024	100%

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicação financeira	12.443	1.930	20.377	9.148
IRRF sobre folha de pagamento	4.767	-	4.786	10
INSS a recuperar	558	558	3.703	3.660
Demais impostos a recuperar	2	1	82	739
Total	17.770	2.489	28.948	13.557

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
CNPJ nº 62.984.091/0001-02



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentada)		(Reapresentada)
Adiantamentos a funcionários	848	841	8.707	9.326
Adiantamentos a fornecedores	4.541	1.012	7.977	4.218
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência e despesas recuperáveis (i)	-	-	67.102	44.994
Dividendos a receber (ii)	65.197	27.277	-	-
Outros	1.050	566	3.179	3.628
Total	71.636	29.696	86.965	62.166
Circulante	70.598	29.696	23.508	16.019
Não circulante	1.038	-	63.457	46.147

(i) Conforme o contrato de compra e venda da Santa Rita, Cesuca, Unipê, Braz Cubas e Positivo, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no pólo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsados os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 19.4.

(ii) Dividendos a receber das controladas Secid, Acef e UDF.

9. Investimentos

9.1. Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	SECID	ACEF	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.837	64.731	215.093	166.465	55	481.181
Equivalência patrimonial	(2.910)	33.659	54.009	87.801	-	172.559
Amortização de mais valia (i)	-	-	(513)	(449)	-	(962)
Equivalência patrimonial total	(2.910)	33.659	53.496	87.352	-	171.597
Distribuição de lucros	-	-	(12.827)	(21.950)	-	(34.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	31.927	98.390	255.762	231.867	55	618.001
Equivalência patrimonial	(5.158)	25.221	34.838	40.614	-	95.515
Amortização de mais valia (i)	-	-	(512)	(449)	-	(961)
Equivalência patrimonial total	(5.158)	25.221	34.326	40.165	-	94.554
Aumento de capital (Nota 17)	1.410	36.270	1.000	93.750	-	132.430
Distribuição de lucros	-	(20.000)	(8.274)	(9.646)	-	(37.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.179	139.881	282.814	356.136	55	807.065
Saldo patrimonial das controladas	19.153	96.630	132.400	238.009	-	486.192
Ágio	9.026	43.251	126.789	107.924	-	297.030
Mais valia	-	-	23.625	10.203	-	33.828
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.179	139.881	282.814	356.136	55	807.065

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2022			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	5.977	58.242	352.685	181.030
Ativo não circulante	36.165	133.449	1.658.257	973.819
Total do ativo	42.142	191.691	2.010.942	1.154.849
Passivo circulante	6.515	45.427	322.840	204.992
Passivo não circulante	16.474	49.634	1.555.702	711.848
Patrimônio líquido	19.153	96.630	132.400	238.009
Total do passivo e patrimônio líquido	42.142	191.691	2.010.942	1.154.849
Receita líquida	23.395	134.124	872.889	515.775
Custo dos serviços prestados	(18.292)	(70.429)	(443.758)	(268.324)
Despesas operacionais, líquidas	(7.818)	(25.971)	(190.668)	(109.637)
Despesas financeiras, líquidas	(2.943)	(12.367)	(202.231)	(96.754)
Imposto de renda e contribuição social	500	(136)	(1.394)	(446)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(5.158)	25.221	34.838	40.614

	31 de dezembro de 2021			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	5.712	41.948	295.348	186.083
Ativo não circulante	35.011	113.485	1.615.240	961.196
Total do ativo	40.723	155.433	1.910.588	1.147.279
Passivo circulante	3.997	28.210	231.128	168.660
Passivo não circulante	13.825	72.084	1.569.297	843.377
Patrimônio líquido	22.901	55.139	110.163	135.242
Total do passivo e patrimônio líquido	40.723	155.433	1.910.588	1.147.279
Receita líquida	23.584	124.683	774.584	483.788
Custo dos serviços prestados	(17.568)	(59.478)	(403.108)	(243.314)
Despesas operacionais, líquidas	(5.250)	(20.716)	(184.046)	(91.552)
Despesas financeiras, líquidas	(3.738)	(11.134)	(137.744)	(59.929)
Imposto de renda e contribuição social	62	304	4.323	(1.192)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.910)	33.659	54.009	87.801

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2022
Custo									
Acervo bibliográfico	11.365	312	-	-	11.677	76	-	1.665	13.418
Equipamentos de informática	23.677	5.888	-	-	29.565	1.340	-	160	31.065
Máquinas e equipamentos	29.800	3.049	-	-	32.849	5.607	(5)	858	39.309
Móveis e utensílios	20.584	3.184	-	-	23.768	3.070	(1)	(2.702)	24.135
Instalações	2.435	4	-	-	2.439	130	-	(2)	2.567
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20.533	16	-	15.355	35.904	4.898	-	5.890	46.692
Imobilizações em andamento (i)	10.164	9.402	-	(15.355)	4.211	19.536	-	(5.890)	17.857
Outras imobilizações	4.497	2.002	(858)	-	5.641	1.796	(521)	-	6.916
	123.055	23.857	(858)	-	146.054	36.453	(527)	(21)	181.959
Depreciação									
Acervo bibliográfico	(9.511)	-	-	-	(9.511)	(433)	-	(434)	(10.378)
Equipamentos de informática	(16.894)	(435)	-	-	(17.329)	(3.347)	-	(2.644)	(23.320)
Máquinas e equipamentos	(20.079)	(3.100)	-	-	(23.179)	(1.448)	5	2.166	(22.456)
Móveis e utensílios	(12.383)	(1.319)	-	-	(13.702)	(1.182)	1	349	(14.534)
Instalações	(2.336)	(975)	-	-	(3.311)	(41)	-	922	(2.430)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(6.292)	(53)	-	-	(6.345)	(4.515)	-	(2.311)	(13.171)
Imobilizações em andamento	-	(1.977)	-	-	(1.977)	-	-	1.977	-
Outras imobilizações	(2.399)	(469)	731	-	(2.137)	(753)	305	(4)	(2.589)
	(69.894)	(8.328)	731	-	(77.491)	(11.719)	311	21	(88.878)
	53.161	15.529	(127)	-	68.563	24.734	(216)	-	93.081

- (i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Consolidado

	Saldos em 31/12/2020				Saldos em 31/12/2021				Saldos em 31/12/2022	
	Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.		
Custo										
Terrenos	-	-	-	80.390	-	-	-	-	-	80.390
Prédios	-	-	-	104.058	-	-	-	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	503	-	14	75.168	173	-	1.665	11	-	77.534
Equipamentos de informática	14.126	(2.541)	9	116.331	8.690	(13.228)	160	(4)	-	123.543
Máquinas e equipamentos	10.548	(1.629)	66	143.452	15.812	(10.469)	1.008	(1)	-	158.787
Móveis e utensílios	5.625	(902)	64	107.562	6.689	(12.700)	(2.699)	(6)	-	103.633
Instalações	161	(13)	3	28.407	339	-	(2)	(4)	-	28.891
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2.583	(16)	62.470	117.862	10.556	-	11.645	(200)	-	204.900
Imobilizações em andamento (i)	24.803	(41)	(62.470)	84.737	47.029	47.013	-	(11.798)	60	82.304
Outras imobilizações	2.113	(922)	-	13.198	1.796	(1.723)	-	(3)	-	14.459
	60.462	(6.064)	156	871.165	91.068	(38.120)	(21)	(147)		978.499
Depreciação										
Prédios	(3.433)	-	-	(13.640)	(3.431)	-	-	2	-	(20.502)
Acervo bibliográfico	(3.850)	-	-	(59.708)	(3.474)	-	(1)	1	-	(67.032)
Equipamentos de informática	(9.908)	2.528	(18)	(93.052)	(9.378)	12.934	21	8	-	(96.865)
Máquinas e equipamentos	(9.846)	1.559	(516)	(88.708)	(10.083)	8.761	2	530	-	(98.301)
Móveis e utensílios	(5.898)	733	(64)	(73.510)	(6.195)	12.117	4	1	-	(72.812)
Instalações	(762)	12	(473)	(24.262)	(682)	-	-	3	-	(26.164)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(9.566)	-	915	(40.359)	(19.801)	-	(4)	(454)	-	(69.269)
Outras imobilizações	(1.076)	795	-	(7.676)	(7.957)	1.516	(1)	56	-	(7.770)
	(44.339)	5.627	(156)	(400.915)	(54.428)	35.328	21	147		(458.715)
	16.123	(437)	-	470.250	36.640	(2.792)	-	-		519.784

- (i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
CNPJ nº 62.984.091/0001-02

 **Cruzeiro do Sul**
Educacional

CSED
B3 LISTED NM

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

11.1. Controladora

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Custo					
Produção de materiais - EAD	15.315	1.119	16.434	1.823	18.257
Softwares	30.657	9.349	40.006	20.667	60.673
Total do Custo	45.972	10.468	56.440	22.490	78.930
Amortizações					
Produção de materiais - EAD	(13.652)	(1.811)	(15.463)	(363)	(15.826)
Softwares	(17.581)	(7.111)	(24.692)	(14.056)	(38.748)
Total da Amortização	(31.233)	(8.922)	(40.155)	(14.419)	(54.574)
Total	14.739	1.546	16.285	8.071	24.356

11.2. Consolidado

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassif	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos	1.111.115	-	-	-	1.111.115	-	1.111.115
Mais Valia - Marcas	194.885	-	-	(761)	194.124	3	194.127
Mais Valia - Carteira de clientes	116.543	-	-	-	116.543	-	116.543
Mais Valia - Licenças MEC	252.054	-	-	-	252.054	-	252.054
Mais Valia - Polos de ensino	93.333	-	-	-	93.333	-	93.333
Mais Valia - Relacionamento com clientes	10.844	-	-	-	10.844	-	10.844
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	24.177	-	-	-	24.177	-	24.177
Marcas	-	-	-	761	761	-	761
Produção de materiais - EAD	39.694	1.119	-	-	40.813	2.844	43.657
Softwares	77.010	32.810	(358)	196	109.658	56.334	165.992
Total do Custo	1.919.655	33.929	(358)	196	1.953.422	59.181	2.012.603
Amortização							
Mais Valia - Marcas	(16.771)	(6.856)	-	26	(23.601)	(6.855)	(30.456)
Mais Valia - Carteira de clientes	(63.471)	(15.524)	-	-	(78.995)	(15.524)	(94.519)
Mais Valia - Polos de ensino	(9.726)	(6.695)	-	-	(16.421)	(6.696)	(23.117)
Mais Valia - Relacionamento com clientes	(9.837)	(785)	-	-	(10.622)	(103)	(10.725)
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	(12.424)	(2.965)	-	-	(15.389)	(2.966)	(18.355)
Marcas	-	-	-	(26)	(26)	-	(26)
Produção de materiais - EAD	(37.874)	(1.811)	-	-	(39.685)	(362)	(40.047)
Softwares	(47.494)	(14.923)	-	(196)	(62.613)	(31.479)	(94.092)
Total da Amortização	(197.597)	(49.559)	-	(196)	(247.352)	(63.985)	(311.337)
Total	1.722.058	(15.630)	(358)	-	1.706.070	(4.804)	1.701.266

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa estavam representados da seguinte forma:

	Ágio	Marcas	Carteira de Clientes	Licenças MEC	Polos de Ensino	Relac. com Clientes	Cláusula de não Concorrência
Módulo	9.026	-	-	-	-	-	-
UDF	43.251	-	-	-	-	-	-
Unicid	126.789	7.685	-	15.940	-	-	-
Unifran	107.924	7.183	-	3.020	-	-	-
FASS	7.728	-	-	-	-	-	-
Colégio São Sebastião	3.026	-	-	-	-	119	-
CEUNSP	63.219	7.388	-	-	-	-	-
Veritas	102.609	22.302	1.741	112.564	-	-	-
Unipê	201.921	32.520	-	37.637	-	-	247
Braz Cubas	216.503	22.465	10.798	-	10.130	-	1.144
Positivo	218.536	64.128	9.485	82.893	60.086	-	4.431
Cesa	10.583	-	-	-	-	-	-
	1.111.115	163.671	22.024	252.054	70.216	119	5.822

Os ativos classificados como softwares correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de softwares sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de softwares com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de impairment).

11.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

Em 31 de outubro de 2022 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de impairment. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Entidades	UGC's em 31/12/2022	UGC's em 31/12/2021
Unifran	Unifran	Unifran
Unicid	Unicid	Unicid
UDF	UDF	UDF
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	Sul
Módulo	Litoral Norte	Litoral Norte
FASS	Litoral Norte	Litoral Norte
Colégio São Sebastião	Litoral Norte	Litoral Norte
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas
Centro de Estudos Superior Positivo	Positivo	Positivo
Cesa – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	Positivo	Positivo

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme abaixo:

Premissas	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto (i)	12,50%	13,50%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	2,0%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	5,0%	5,0%
Crescimento da receita (v)	7,4%	7,9%
Crescimento da margem EBITDA (vi)	0,5%	0,5%

- (i) A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGC's e na média ponderada do custo de capital da Companhia, a qual corresponde a taxa nominal.
- (ii) Crescimento na captação de alunos no EAD e no Presencial em 2% entre 2023 e 2027.
- (iii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.
- (iv) Taxa de perpetuidade de 5,0% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças.
- (vi) Ganho de margem EBITDA ajustado 0,5%, com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.

Análise de sensibilidade das premissas

Considerando o cenário em que ocorra a redução de 10% na principal premissa de crescimento no número de alunos, não foi identificada nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

12. Empréstimos e financiamentos

12.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Contratos de arrendamento	(i) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	11	102
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	(ii) Variação CDI + taxa fixa de 1,60% a.a.	3.759	18.781
		3.770	18.883
Circulante		3.770	15.122
Não circulante		-	3.761

- (i) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento.
- (ii) A controlada UDF, no dia 24 de março de 2020, celebrou uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$30.000. A operação possui vencimento de 36 meses a partir da data de emissão, sendo o vencimento 25 de fevereiro de 2023. O valor principal será amortizado em 8 parcelas trimestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, a partir de 25 de maio de 2021.

12.2. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	18.883	54.180
Apropriação de juros	1.507	2.534
Pagamento de juros	(1.562)	(4.180)
Pagamento de principal (i)	(15.058)	(33.651)
Saldo final	3.770	18.883

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o principal pagamento efetuado foi da controlada UDF cumprindo o cronograma de pagamentos, no montante de R\$15.000, à título de CCB firmado junto ao Banco do Brasil.

Garantias

Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem adquirido. A garantia da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

13.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,60 a.a.	189.978	234.890
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	258.318	296.200
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,35 a.a.	141.339	154.753
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	473.761	471.933
		1.063.396	1.157.776
	Circulante	232.154	115.479
	Não circulante	831.242	1.042.297

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

Empresa	Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	24/03/2025	3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(i)
SECID	1ª	Única	10/09/2018	10/09/2025	330.000	1	330.000	Semestral (Mar. e Set.)	(ii)
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(iii)
SECID	2ª	Única	02/03/2020	02/03/2027	470.000	1	470.000	Mensal	(iv)

- (i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Unipê, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) alienação fiduciária das quotas da Unipê; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iv) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária de 100% das quotas da Positivo; (b) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESA; (c) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Positivo; (d) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

13.2. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA, com exceção da 2ª e 3ª emissões da ACEF que é utilizado o EBITDA Ajustado:

- Para a 2ª emissão da ACEF o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Para a 3ª da ACEF o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16.
- Para a 1ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16 e das obrigações por aquisição de participações societárias; e
- Para a 2ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS-16 e das obrigações por aquisição de participações societárias.

Na data de medição de 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

13.3. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.157.776	1.317.883
Pagamento de juros	(139.558)	(62.567)
Pagamento de principal	(101.493)	(167.930)
Apropriação dos juros	146.000	69.236
Amortização do custo	671	1.154
Saldo final	1.063.396	1.157.776

Em 31 de dezembro de 2022 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2ª emissão ACEF	1ª emissão SECID	3ª emissão ACEF	2ª emissão SECID	Consolidado
2023	53.298	85.068	27.027	66.761	232.154
2024	46.680	74.250	27.125	84.000	232.055
2025	90.000	99.000	27.125	84.000	300.125
2026	-	-	60.062	84.000	144.062
2027	-	-	-	155.000	155.000
	189.978	258.318	141.339	473.761	1.063.396

14. Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	9,87%
5 anos	11,32%
6 anos	9,96%
7 anos	10,70%
Acima de 8 anos	10,45%

14.1. Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	336.749	1.092.179
Adição de novos contratos	2.528	36.110
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(3.663)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	34.242	148.088
Depreciação no exercício	(36.950)	(120.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	336.569	1.152.355
Direito de uso	449.928	1.514.471
(-) Depreciação acumulada	(113.359)	(362.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	336.569	1.152.355

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	250.117	877.114
Adição de novos contratos	39.894	58.079
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(312)	(907)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	78.285	259.521
Depreciação no exercício	(31.235)	(101.628)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	336.749	1.092.179
Direito de uso	413.157	1.333.936
(-) Depreciação acumulada	(76.408)	(241.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	336.749	1.092.179

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

14.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	383.370	1.203.043
Adição de novos contratos	2.528	36.110
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(4.314)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	34.242	148.088
Contraprestação paga	(62.358)	(201.893)
Apropriação de encargos financeiros	40.831	125.621
Saldo em 31 de dezembro de 2022	398.613	1.306.655
Circulante	29.328	100.379
Não circulante	369.285	1.206.276

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	282.124	949.517
Adição de novos contratos	39.894	58.079
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(374)	(1.165)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	78.285	259.521
Contraprestação paga	(53.228)	(172.380)
Apropriação de encargos financeiros	36.669	109.471
Saldo em 31 de dezembro de 2021	383.370	1.203.043
Circulante	22.692	78.326
Não circulante	360.678	1.124.717

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas registraram segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R\$1.919 (R\$1.146 em 31 de dezembro de 2021) relacionado aos contratos que não atendem as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

Além dos valores apresentados acima, a Companhia e suas controladas possuem 3 (três) contratos de arrendamento que contém termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A Cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional.

Alguns dos membros indiretos do atual grupo de controle da Companhia, detém o controle das sociedades Motriz Participações Ltda., HG Cruzeiro do Sul Empreendimentos e Participações S.A. e FP Incorporadora Ltda., as quais são proprietárias de imóveis locados pela Companhia e suas controladas. Os valores envolvidos no âmbito dos referidos contratos de locação representaram em 31 de dezembro de 2022, R\$143.340 (R\$102.193 em 31 de dezembro de 2021) de direito de uso e R\$159.270 (R\$112.619 em 31 de dezembro de 2021) de passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3. Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos “compromissos futuros” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2022
Até um ano	221.538	(121.159)	100.379
Um ano até cinco anos	948.013	(458.791)	489.222
Cinco anos até dez anos	640.611	(235.601)	405.010
Dez anos até quinze anos	330.608	(81.298)	249.310
Acima de quinze anos	66.490	(3.756)	62.734
	2.207.260	(900.605)	1.306.655

14.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas de “Custos” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tais impactos montam os valores de R\$120.359 (R\$101.628 em 31 de dezembro de 2021) e R\$125.621 (R\$109.471 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

14.5. Ofício circular CVM nº 02/2019

Em atendimento ao aludido ofício, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação e amortização, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

						31/12/2022
	2022	2023	De 2024 até 2028	De 2029 até 2033	De 2034 até 2038	2039 em diante
Passivo de arrendamento						
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)	1.306.655	1.206.846	715.635	312.046	62.735	-
Fluxo com projeção de inflação	1.306.655	1.260.455	998.318	581.870	158.714	-
Variação		4,44%	39,50%	86,47%	152,99%	0,00%
Direito de uso líquido						
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)	1.152.355	1.031.997	507.830	189.356	31.869	-
Fluxo com projeção de inflação	1.152.355	1.085.143	757.933	412.554	105.493	-
Variação		5,15%	49,25%	117,87%	231,02%	0,00%
Despesa financeira						
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)		121.159	458.791	235.601	81.298	3.755
Fluxo com projeção de inflação		125.739	565.533	376.738	173.980	9.877
Variação		3,78%	23,27%	59,91%	114,00%	163,04%
Direito de depreciação						
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)		120.380	524.167	318.474	157.487	31.869
Fluxo com projeção de inflação		124.637	669.499	580.555	426.839	113.332
Variação		3,54%	27,73%	82,29%	171,03%	255,62%

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
CNPJ nº 62.984.091/0001-02



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	33.847	19.514	65.406	37.430
Provisão para férias e encargos	12.067	12.849	51.282	50.474
FGTS a recolher	1.309	1.201	5.442	4.624
INSS a recolher	4.027	3.104	15.881	12.896
Outras obrigações	198	189	733	796
Provisão para benefícios dos Administradores	13.162	39.181	13.162	39.182
Total	64.610	76.038	151.906	145.402
Circulante	56.116	51.191	143.412	120.555
Não circulante	8.494	24.847	8.494	24.847

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a recolher	4.365	4.283	15.512	14.256
Impostos retidos	776	577	6.653	5.272
ISS a recolher	1.190	1.023	5.031	4.937
IRPJ e CSLL	-	-	891	4.450
PIS e COFINS a recolher	5.500	1.638	8.741	4.032
Parcelamentos	-	-	146.418	153.288
Total	11.831	7.521	183.246	186.235
Circulante	11.831	7.521	53.446	49.695
Não circulante	-	-	129.800	136.540

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1. Parcelamentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unipê	Braz Cubas	Unipê	Unicid	Braz Cubas	Unipê	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Total
	(a)	(a)	(a)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	
Valor original	49.866	10.632	7.866	1.731	606	2.228	430	27	670	7.855	1.107	43.795	126.813
(-) Pagamentos	(10)	(9.375)	(2.412)	(350)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.147)
Multa	-	2.530	-	6.742	64	453	34	-	134	-	-	6.094	16.051
Juros	-	14.033	-	10.910	212	40	13	5	9	3.947	516	45.702	75.387
Encargos	-	2.071	-	775	-	-	40	-	-	-	-	8.962	11.848
Saldo consolidado	49.856	19.891	5.454	19.808	882	2.721	517	32	813	11.802	1.623	104.553	217.952
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(9.364)	(8.131)	(1.241)	(11.619)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.355)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	31.927	11.760	4.213	8.189	882	2.721	517	32	813	11.802	1.623	104.553	179.032
(+) Atualização	25.688	7.833	2.254	1.722	156	344	594	5	108	562	53	40.706	80.025
(-) Pagamentos	(49.295)	(9.815)	(4.249)	(5.954)	(702)	(2.624)	(874)	(33)	(817)	(11.965)	(1.676)	(24.635)	(112.639)
Saldos a pagar em 31/12/2022	8.320	9.778	2.218	3.957	336	441	237	4	104	399	-	120.624	146.418

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unipê	Braz Cubas	Unipê	Unicid	Braz Cubas	Unipê	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas	Total
	(a)	(a)	(a)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	
Valor original	49.866	10.632	7.866	1.731	606	2.228	430	27	670	7.855	1.107	43.795	126.813
(-) Pagamentos	(10)	(9.375)	(2.412)	(350)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.147)
Multa	-	2.530	-	6.742	64	453	34	-	134	-	-	6.094	16.051
Juros	-	14.033	-	10.910	212	40	13	5	9	3.947	516	45.702	75.387
Encargos	-	2.071	-	775	-	-	40	-	-	-	-	8.962	11.848
Saldo consolidado	49.856	19.891	5.454	19.808	882	2.721	517	32	813	11.802	1.623	104.553	217.952
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(9.364)	(8.131)	(1.241)	(11.619)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.355)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	31.927	11.760	4.213	8.189	882	2.721	517	32	813	11.802	1.623	104.553	179.032
(+) Atualização	23.869	7.141	2.080	1.352	110	277	581	4	91	225	27	29.655	65.412
(-) Pagamentos	(42.954)	(8.226)	(3.603)	(5.424)	(619)	(1.972)	(842)	(25)	(620)	(9.311)	(1.405)	(16.155)	(91.156)
Saldos a pagar em 31/12/2021	12.842	10.675	2.690	4.117	373	1.026	256	11	284	2.716	245	118.053	153.288

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Parcelamento Federal - REFIS IV, instituído pela legislação:

- Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esferas, vencidos até 2008, caso débitos em discursão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. As controladas Unicid, Braz Cubas e Unipê aderiram ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas.

- Reaberturas do parcelamento REFIS - Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas:

- Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 - abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A controlada Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses.

- Lei 12.996, de 18 de junho de 2015, abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2013. A Companhia aderiu em 2015, optando por 60 parcelas.

- b) Parcelamento Federal: PERT – acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. As controladas Unipê e Unicid aderiram em 2017, optando por 145 e 150 parcelas respectivamente.
- c) Parcelamento Federal – Parcelamento Simplificado: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. A controlada Braz Cubas com adesão em 2018, optou por pagamentos em 60 parcelas.
- d) Parcelamento FGTS – definido pela Resolução CCFGTS Nº 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas. A controlada Braz Cubas aderiu em julho de 2014 referente a dívida de junho de 2009 até dezembro de 2010, em 180 parcelas.
- e) Parcelamento Federal – Parcelamento Simplificado Cofins: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. Adesão em 2018 optando por pagamentos em 60 parcelas.
- f) Parcelamento Federal – Parcelamento Simplificado IRRF e CSRF: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. Adesão em 2018 optando por pagamentos em 60 parcelas.
- g) Parcelamento Municipal de ISS, regido pela Lei Complementar nº 74/2010, destinado a regularizar débitos tributários no Município de Mogi das Cruzes até 2019, com atualização monetária e juros de mora por ano. A Braz cubas aderiu em 2015 a este parcelamento para pagamento em 84 parcelas e em 2019 em 36 parcelas.
- h) Parcelamento Municipal de IPTU, regido pela Lei Complementar nº 136/2017, destinado a regularizar débitos tributários no Município de Mogi das Cruzes até 2019, com atualização monetária e juros de mora por ano. A Braz cubas aderiu em 2015 a este parcelamento para pagamento em 84 parcelas e em 2019 em 36 parcelas.
- i) O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. As mantenedoras que tiverem o requerimento de moratória e parcelamento deferidos poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, na forma de títulos da dívida pública em contrapartida às bolsas Proies integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. A controlada Braz Cubas aderiu em novembro/2017, optando por 180 parcelas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

17.1. Controladora

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Com controladas (i)						
Unicid	57.600	-	-	1.000	-	-
Unifran	15.700	-	-	93.750	-	-
Módulo	4.300	-	-	1.410	-	-
UDF	-	-	-	36.270	-	-
Outras partes relacionadas (ii)						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A.	-	693	(8.254)	-	592	(7.003)
FP Incorporadora Ltda.	-	518	(6.216)	-	440	(5.277)
Motriz Participações Ltda. (iii)	-	104	(1.233)	-	89	(1.049)
	77.600	1.315	(15.703)	132.430	1.121	(13.329)
Partes relacionadas	-	1.315	-	-	1.121	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	77.600	-	-	132.430	-	-
	77.600	1.315		132.430	1.121	

17.2. Consolidado

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas (ii)				
Motriz Participações Ltda. (iii)	1.384	(16.279)	1.187	(13.803)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A.	1.046	(12.486)	892	(10.595)
FP Incorporadora Ltda.	518	(6.216)	440	(5.277)
	2.948	(34.981)	2.519	(29.675)

- (i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia as suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses, sendo os principais da Unicid e Unifran para pagamento das debêntures (parcelas da 1ª, 2ª e 3ª emissão) e contas a pagar por aquisições de participações societárias, sendo: da Unifran (R\$15.700); Unicid (R\$57.600); e Módulo (R\$4.300).
- (ii) Refere-se ao montante total das parcelas mensais de aluguel dos seguintes imóveis: Campus São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, Ginásio de Esportes, Clínica Veterinária, UDF, Módulo e Campus Ceunsp – Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 15 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura. A totalidade das obrigações com os respectivos arrendamentos estão demonstradas na Nota 14. Os impactos de resultado correspondem aos juros incorridos sobre passivos de arrendamentos firmados com as respectivas empresas, conforme descrito na Nota 14.2.
- (iii) A Controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda., o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 21.

17.3. Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações é de responsabilidade da Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$16.580 (R\$16.594 em 31 de dezembro de 2021), e está registrado na rubrica de “Despesas gerais e administrativas”, a qual está dentro dos limites aprovados em assembleia geral juntamente com as contas anuais em consonância com

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia, em função da possibilidade da realização de determinados eventos de liquidez, celebrou acordo de bônus de retenção com alguns membros da Administração. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da provisão é de R\$12.374 (R\$38.225 em 31 de dezembro de 2021).

17.4. Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Share* e PPR Diferido

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Share* e PPR Diferido que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia.

O Plano de incentivo de Longo Prazo concedido pela Cruzeiro do Sul aos seus executivos tem o intuito de incentivar os beneficiários do plano a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas.

O Plano de Incentivo consiste em dois programas distintos – *Phantom Shares* e PPR diferido, sendo esse último vinculado à métrica de retorno das ações da Companhia.

O programa de *Phantom Shares* e PPR diferido envolve o pagamento de um valor em caixa ao beneficiário, que será calculado com base em uma quantidade definida de *units*. As *units* são valores de referência baseados na cotação média da ação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia outorgou 1.020.195 *units*.

O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR) que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica “Obrigações trabalhistas”, e sua contrapartida no resultado na rubrica “Salários e encargos sociais”, no montante de R\$788.

17.4.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Shares*

O programa de *Phantom Shares* contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi aprovada e registrada em ata de Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022.

Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos. O valor da Unit é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSED3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrerá no ano de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.4.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo – PPR Diferido

O objetivo do Programa de Incentivo de Longo Prazo – PPR Diferido é o de alinhar os interesses dos beneficiários com a Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados.

As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas as do programa de *Phantom Shares*. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários também devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos.

Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa, com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos.

O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certas partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários.

Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do Programa com a criação de valor para os acionistas.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022:

A Companhia decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidos, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes.

Para determinação do valor justo dos instrumentos utilizou-se método de simulação de Monte Carlo para precificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô também conhecido como Movimento Browniano.

18. Adiantamentos de clientes

Correspondem, substancialmente, aos valores recebidos de forma antecipada dos alunos referentes as mensalidades que serão objeto de prestação de serviços nos próximos meses/períodos. Normalmente estes adiantamentos ocorrem no início dos semestres (período de matrículas) e a apropriação da receita ocorre de acordo com o regime de competência.

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demanda judicial é estabelecida por valores atualizados

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para todos os processos, sendo eles de natureza cível, tributário e trabalhista em discussão nas esferas judiciais e administrativas, com base nas opiniões dos consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	3.578	3.249	11.912	10.987
Processos tributários	630	672	4.899	3.917
Processos trabalhistas	5.462	3.926	50.676	50.391
Total	9.670	7.847	67.487	65.295

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.475	648	3.295	7.418
Adições	569	-	241	810
Reversões	(840)	(101)	(174)	(1.115)
Pagamentos	(772)	-	(73)	(845)
Atualização monetária	817	125	637	1.579
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.249	672	3.926	7.847
Adições	2.073	-	1.122	3.195
Reversões	(364)	(121)	(510)	(995)
Pagamentos	(2.052)	-	-	(2.052)
Atualização monetária	672	79	924	1.675
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.578	630	5.462	9.670

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.573	3.782	36.174	50.529
Adições	1.817	-	4.948	6.765
Reversões	(2.274)	(100)	(1.687)	(4.061)
Pagamentos	(1.809)	-	(612)	(2.421)
Atualização monetária	2.205	124	2.282	4.611
Processos Ex Mantenedor	475	111	9.286	9.872
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.987	3.917	50.391	65.295
Adições	4.161	766	4.233	9.160
Reversões	(1.549)	(121)	(3.178)	(4.848)
Pagamentos	(3.817)	-	(2.169)	(5.986)
Atualização monetária	1.337	80	2.578	3.995
Processos Ex Mantenedor	793	257	(1.179)	(129)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.912	4.899	50.676	67.487

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1. Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$11.912 em 31 de dezembro de 2022 (sendo R\$10.987 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as ações que possuem risco provável que envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, que totalizam prováveis perdas no montante de R\$4.532 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.887 em 31 de dezembro de 2021).

Ações relevantes

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em 2007 contra a Cruzeiro do Sul, UNICID e diversas outras universidades do Estado de São Paulo questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de 5 (cinco) anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Atualmente, aguarda-se início à fase de liquidação de sentença.

19.2. Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliaram e dentre as várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$4.899 em 31 de dezembro de 2022 (sendo R\$3.917 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as ações que possuem risco provável, cujos objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas, Braz Cubas e Positivo, pela Companhia, de modo que a responsabilidade está garantida contratualmente pelos ex-proprietários. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R\$3.503 em 31 de dezembro de 2022. Dentro deste montante, se destaca uma ação da Braz Cubas com valor provisionado de R\$3.403, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e ausência de recolhimento da Contribuição Rescisória de 10%, por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas da Braz Cubas.

19.3. Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, questionamentos sobre horas extras, supostas férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por suposto não cumprimento de acordo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$50.676 em 31 de dezembro de 2022 (R\$50.391 em 31 de dezembro de 2021).

19.4. Contingências prováveis sobre processos de Ex-Proprietários

Parte dos processos das Controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, cujas eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	31/12/2022	
		Fato Gerador Ex-Proprietários	Indenizável Ex-proprietários
Processos cíveis	11.912	3.796	3.796
Processos tributários	4.899	3.503	3.503
Processos trabalhistas	50.276	33.701	28.505
Total	67.087	41.000	35.804

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco provável referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000 para Perdas Materializadas e R\$14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento da Nota Explicativa, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas.

19.5. Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	6.254	6.391	32.707	36.002
Processos tributários	176.272	159.560	222.238	231.460
Processos trabalhistas	1.026	1.594	51.033	41.363
Total	183.552	167.545	305.978	308.825

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.5.1. Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$32.707 (R\$36.002 em 31 de dezembro de 2021).

Há ações envolvendo, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R\$16.487 em 31 de dezembro de 2022 (R\$21.330 em 31 de dezembro de 2021).

19.5.2. Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$222.238 em 31 de dezembro de 2022 (R\$231.460 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre vários processos tributários com risco de perda possível podemos destacar:

Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$144.984. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 foi apurado uma variação no valor de R\$15.228 correspondente à atualização monetária do período.

Há processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando ao risco possível o valor de R\$12.006. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa.

Destacam-se autos de infração instaurados pela Receita Federal do Brasil contra a Braz Cubas, nas quais discute-se supostas infrações às normas do ProUni, sendo apresentado impugnação que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 01/2008 a 11/2008, com a consequente redução do valor exigido no Auto de Infração, atualmente aguardando julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$6.638.

Por fim, observa-se uma reversão no Consolidado no valor de R\$766, referente ao período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, o qual se deve pela alteração de prognóstico para 'provável' em razão do desprovimento recusal em ação anulatória movido pela controlada ACEF.

19.5.3. Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$51.033 em 31 de dezembro de 2022 (R\$41.363 em 31 de dezembro de 2021), cujas ações são movidas por ex-funcionários contra a Cruzeiro do Sul e suas Controladas pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extra e seus reflexos.

19.5.4. Contingências Possível sobre processos de Ex-Proprietários

Parte dos processos das Controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, cujas eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	31/12/2022		
	Consolidado	Fato Gerador Ex-Proprietários	Indenizável Ex-proprietários
Processos cíveis	32.707	2.777	2.565
Processos tributários	222.238	29.810	16.981
Processos trabalhistas	51.033	31.795	30.237
Total	305.978	64.382	49.783

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco possível referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000 para Perdas Materializadas e R\$14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento da Nota Explicativa, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas.

19.6. Quantitativo de processos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	705	1.143	2.328	3.577
Processos tributários	29	39	135	162
Processos trabalhistas	83	93	615	719
Total	817	1.275	3.078	4.458

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.7. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	94	351	310	1.100
Processos tributários	5.632	1.952	12.880	8.403
Processos trabalhistas	525	263	10.750	8.872
Total	6.251	2.566	23.940	18.375

Dentre os depósitos realizados durante o período compreendido, destacam-se aqueles de natureza trabalhistas, que versam sobre depósitos recursais que, em caso de eventual condenação, poderão ser abatidos do valor total da condenação nos processos judiciais ajuizados contra a Controladora e suas Controladas. Ademais os depósitos acima mencionados referem-se àqueles gerenciados exclusivamente pelo Departamento Jurídico, não contemplando atualização e outros depósitos realizados por demais áreas da Companhia.

20. Obrigações por aquisições de participações societárias

20.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
ACEF	Taxa CDI	21.004	36.556
Santa Rita	Taxa CDI	-	2.669
SECID	Taxa CDI	351.752	354.975
Positivo	Taxa CDI	-	1.202
		372.756	395.402
	Circulante	-	63.688
	Não circulante	372.756	331.714

20.2. Movimentação

	ACEF(i)	Santa Rita(i)	SECID(ii)	Positivo(ii)	Consolidado
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.031	5.118	340.031	2.324	382.504
(+) Juros apropriados	1.525	108	14.944	80	16.657
(-) Pagamentos de principal	-	(2.000)	-	(1.000)	(3.000)
(-) Pagamentos de juros	-	(557)	-	(202)	(759)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.556	2.669	354.975	1.202	395.402
(+) Juros apropriados	2.825	1	42.750	118	45.694
(-) Pagamentos de principal	(15.000)	(2.000)	(40.000)	(1.000)	(58.000)
(-) Pagamentos de juros	(3.377)	(670)	(5.973)	(320)	(10.340)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.004	-	351.752	-	372.756

(i) Em 31 de dezembro de 2022, referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições da Veritas R\$0 (R\$15.000 em 31 de dezembro de 2021) e da Braz Cubas R\$17.500 (R\$17.500 em 31 de dezembro de 2021) e respectivos juros reajustados pelo CDI, pela ACEF e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da Santa Rita através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Veritas pela ACEF.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022 referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições da Unipê R\$80.000 (R\$80.000 em 31 de dezembro de 2021) e da Positivo R\$206.768 (R\$246.141 em 31 de dezembro de 2021), e respectivos juros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reajustados pelo CDI, pela SECID e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da CESA através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Positivo pela SECID.

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Período	Consolidado
2024	144.260
2025	214.992
2026	13.504
Total	372.756

21. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.284
(-) Apropriação	(1.332)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.952
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.230
Circulante	722
Não circulante	9.508

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta Ceunsp, realizou transação de “sale and leaseback” do imóvel onde está situado o seu campus, a operação consistiu na venda e aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda., essa operação foi classificada como arrendamento financeiro, conforme o conceito de que trata o CPC 06/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil.

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500 com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e está registrado como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 não ocorreram alterações no capital social da Companhia.

Posição acionária

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	34,76%	132.707.280	34,76%
D2HFP - Fundo de Investimento em participações	85.679.880	22,44%	85.679.880	22,44%
Gama 1 FIM	42.839.940	11,22%	42.839.940	11,22%
Redmond FIM	42.839.940	11,22%	42.839.940	11,22%
Ações em tesouraria	5.602.700	1,47%	-	0,00%
Ações em circulação	72.152.500	18,90%	77.755.200	20,36%
	381.822.240	100,00%	381.822.240	100,00%

Gastos com emissão de novas ações

Conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 08(R1)/IAS19 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos para capital próprio foram contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do capital social.

A Companhia incorreu em custos para a oferta pública inicial no montante de R\$60.614 detalhados a seguir:

Descrição	Valor
Comissões	43.070
Assessoria jurídica	8.033
Auditoria	2.933
Assessoria financeira	2.532
Registros	910
Publicações	455
Outras	2.681
Total	60.614

22.2. Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva de legal o valor de R\$29.453 (R\$29.129 em 31 de dezembro de 2021).

22.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2022, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R\$4.707 à reserva de retenção de lucros (R\$59.105 em 31 dezembro de 2021). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R\$33.514 (R\$59.105 em 31 de dezembro de 2021).

22.4. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

Em 28 de abril de 2022, por meio de assembleia geral ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos no montante de R\$50.000, sendo R\$19.702 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$30.298 de dividendos adicionais. O pagamento foi realizado no dia 27 de maio de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$1.569 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos foram apurados conforme abaixo:

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	6.606
Base para reserva legal	6.606
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº6.404)	330
Base para dividendo mínimo obrigatório	6.276
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	1.569
Destinação para reserva de retenção de lucros	4.707
Quantidade de ações em 31 de dezembro	381.822.240
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,0041

22.5. Ações em tesouraria

Conforme fato relevante divulgado em 12 de agosto de 2022 a Companhia aprovou a abertura de um programa de recompra de ações ("Programa de Recompra"), objetiva a manutenção de ações de emissão da Companhia em tesouraria, que podem posteriormente ser canceladas ou alienadas no âmbito de potenciais aquisições de empresas em linha com o plano de expansão da Companhia já divulgado ao mercado, observada a regulamentação aplicável, bem como visa a otimizar a estrutura de capital da Companhia, uma vez que, na visão da Administração, o valor de mercado atual das ações não reflete os fundamentos do modelo de negócio. A Companhia poderá adquirir até 6% do capital social da Companhia, representado por 22.909.334 (vinte e duas milhões, novecentas e nove mil, trezentas e trinta e quatro) ações.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ações em tesouraria é de 5.602.700 ações ordinárias no montante de R\$ 23.133.

23. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efeitos diluidores.

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no exercício	6.606	82.955
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	381.102.498	364.467.223
Lucro por ação em R\$	0,02	0,23

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

24.1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

24.1.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

24.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 12 e 13, respectivamente.

24.1.3. Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2022, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2022:

Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2022	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 13,65%)	447.400	447.400	432.132	416.865
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do IGPM)	(IGPM 5,46%)	398.613	398.613	404.054	409.495

Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2022	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 13,65%)	852.743	852.743	823.643	794.543
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do CDI)	(CDI 13,65%)	3.770	3.770	3.899	4.027
Debêntures (Nota 13)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do CDI)	(CDI 13,65%)	1.063.396	1.063.396	1.099.684	1.135.973
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (Risco de aumento da dívida em função do aumento do IGPM)	(IGPM 5,46%)	1.306.655	1.306.655	1.324.491	1.342.327

24.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por estas instituições.

A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

24.1.5. Risco de liquidez

Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de finanças do Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se as debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

		Controladora			
		31 de dezembro de 2022			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		7.508	-	-	7.508
Dividendos a pagar	22.4	1.569	-	-	1.569
Fornecedores		33.236	-	-	33.236
Obrigações tributárias	16	11.831	-	-	11.831
Passivos de arrendamento	14	29.328	56.270	313.015	398.613
		83.472	56.270	313.015	452.757

		Controladora			
		31 de dezembro de 2021			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		6.874	-	-	6.874
Dividendos a pagar	22.4	19.702	-	-	19.702
Fornecedores		18.681	-	-	18.681
Obrigações tributárias	16	7.521	-	-	7.521
Passivos de arrendamento	14	22.692	44.078	316.600	383.370
		75.470	44.078	316.600	436.148

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			Total
		31 de dezembro de 2022			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	40.820	-	-	40.820
Dividendos a pagar	22.4	1.569	-	-	1.569
Empréstimos e financiamentos	12	3.770	-	-	3.770
Debêntures	13	232.154	532.180	299.062	1.063.396
Fornecedores		69.368	-	-	69.368
Obrigações tributárias	16	53.446	39.349	90.451	183.246
Obrigações por aquisição de participação societária	20	-	359.252	13.504	372.756
Passivos de arrendamento	14	100.379	194.145	1.012.131	1.306.655
		501.506	1.124.926	1.415.148	3.041.580

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			Total
		31 de dezembro de 2021			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	39.242	-	-	39.242
Dividendos a pagar	22.4	19.702	-	-	19.702
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	12	15.122	3.761	-	18.883
Debêntures	13	115.479	443.109	599.188	1.157.776
Fornecedores		50.471	-	-	50.471
Obrigações tributárias	16	49.695	40.153	96.387	186.235
Obrigações por aquisição de participação societária	20	63.688	36.185	295.529	395.402
Passivos de arrendamento	14	78.326	144.232	980.485	1.203.043
		431.725	667.440	1.971.589	3.070.754

24.1.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	3.770	18.883
Debêntures (nota 13)	1.063.396	1.157.776
Passivo de arrendamento (nota 14)	1.306.655	1.203.043
(=) Total dívida bruta	2.373.821	2.379.702
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(852.743)	(1.084.985)
(=) Total dívida líquida	1.521.078	1.294.717
Patrimônio líquido (nota 22)	1.405.394	1.453.788
Dívida líquida e patrimônio líquido	2.926.472	2.748.505
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	108,2%	89,1%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2. Valor justo

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 1 e 3.

Classificação contábil e valores justos

Hierarquia	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	447.400	723.289	852.743	1.084.985
Contas a receber (Nota 6)	55.260	47.801	237.388	212.089
Outros créditos (Nota 8)	71.636	29.696	86.965	62.166
Total	574.296	800.786	1.177.096	1.359.240
Passivos – Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	3.770	18.883
Debêntures (Nota 13)	-	-	1.063.396	1.157.776
Fornecedores	33.236	18.681	69.368	50.471
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 20)	-	-	372.756	395.402
Total	33.236	18.681	1.509.290	1.622.532
Passivo – Valor justo por meio do resultado				
Passivos de arrendamento (Nota 14)	2		398.613	383.370
Total			398.613	383.370

O valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto a valor presente, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2022, não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital do Grupo, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

25.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.565	83.036	8.040	79.537
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(2.232)	(28.232)	(2.734)	(27.043)
Principais Adições e Exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(888)	(419)	(3.784)	(6.485)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido(i)	(4.768)	3.338	(21.608)	1.440
Gastos com emissão de ações	-	20.609	-	20.609
Equivalência patrimonial	32.148	58.343	-	-
Adicional e PAT	-	-	919	1.021
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	(24.219)	(53.720)	(41.038)	(55.179)
Isonção PROUNI (ii)	-	-	66.811	69.055
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	41	(81)	(1.434)	3.418
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	(129)	(5.801)	(8.841)
IR e CS diferidos no resultado do período	41	48	4.367	12.259
Alíquota efetiva	0,62%	(0,10%)	(17,84%)	4,30%

(i) As principais exclusões (adições) são principalmente oriundas de estornos e constituições de determinadas provisões, tais como provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e remuneração variável; e realização de saldo de Mais Valia relacionado as combinações de negócios.

(ii) Isonção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

25.2. Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Diferenças temporárias do lucro real	(93)	(134)
Total tributos diferidos, líquidos	(93)	(134)
Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	15.613	20.137
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	2.973	5.752
Arrendamento IFRS 16	20.689	17.364
Amortizações mais valia (ii)	33.498	33.463
Provisão de contingências	9.879	8.157
PECLD	9.651	9.601
Outras diferenças temporárias do lucro real (iii)	11.784	6.040
Total tributos diferidos ativos	104.087	100.514
Passivo		
Outras Diferenças temporárias do lucro real	(93)	(134)
Reserva de reavaliação	(16.391)	(17.144)
Total diferido passivo	(16.484)	(17.278)
Tributos diferidos, líquidos	87.603	83.236

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.
- (ii) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização mais valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas e amortização fiscal do ágio sobre incorporação reversa da empresa Santa Rita, adquirida em março 2018.
- (iii) Os principais valores de outras diferenças temporárias são originados principalmente de provisões trabalhistas

25.3. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

Controladora	31/12/2021	Efeitos no resultado	31/12/2022
Passivo			
Outras Diferenças temporárias do lucro real	(134)	41	(93)
Total tributos diferidos, líquidos	(134)	41	(93)

Consolidado	31/12/2021	Efeitos no resultado	31/12/2022
Ativo			
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	20.137	(4.524)	15.613
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	5.752	(2.779)	2.973
Arrendamento IFRS 16	17.364	3.325	20.689
Amortizações mais valia	33.463	35	33.498
Provisão de contingências	8.157	1.722	9.879
PECLD	9.601	50	9.651
Outras diferenças temporárias do lucro real	6.040	5.744	11.784
Total tributos diferidos ativos	100.514	3.573	104.087
Passivo			
Outras Diferenças temporárias do lucro real	(134)	41	(93)
Reserva de reavaliação	(17.144)	753	(16.391)
Total diferido passivo	(17.278)	794	(16.484)
Tributos diferidos, líquidos	83.236	4.367	87.603

Controladora	31/12/2020	Efeitos no resultado	31/12/2021
Passivo			
Outras Diferenças temporárias do lucro real	(182)	48	(134)
Total tributos diferidos, líquidos	(182)	48	(134)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2020	Efeitos no resultado	31/12/2021
Ativo			
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	22.328	(2.191)	20.137
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	8.532	(2.780)	5.752
Arrendamento IFRS 16	11.253	6.111	17.364
Amortizações mais valia	22.731	10.732	33.463
Provisão de contingência	7.391	766	8.157
PECLD	13.528	(3.927)	9.601
Outras diferenças temporárias do lucro real	2.850	3.190	6.040
Total tributos diferidos ativos	88.613	11.901	100.514
Passivo			
Outras Diferenças temporárias do lucro real	(183)	49	(134)
Reserva de reavaliação	(17.453)	309	(17.144)
Total diferido passivo	(17.636)	358	(17.278)
Tributos diferidos, líquidos	70.977	12.259	83.236

Os seguintes montantes foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL:

Descrição	31 de dezembro de 2022	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	865.295	39.276
Base de cálculo negativa de CSLL	907.585	64.375

Descrição	31 de dezembro de 2021	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	759.092	53.469
Base de cálculo negativa de CSLL	796.373	75.220

(i) Conforme Instrução CVM, a Controladora não apresenta histórico de rentabilidade e, diante dessa análise, não constituiu ativos diferidos.

25.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização

Faixa de vencimento	Consolidado	
	31/12/2022	%
2023	19.329	19%
2024	13.505	13%
2025	7.766	7%
2026	9.259	9%
2027 em diante	54.228	52%
	104.087	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Cursos de graduação	1.577.812	1.186.636	5.417.986	4.413.336
Cursos de pós-graduação	69.589	65.649	111.596	125.451
Cursos técnicos e colégio	15.047	12.714	49.868	41.437
Outras receitas	2.926	2.403	10.356	8.176
	1.665.374	1.267.402	5.589.806	4.588.400
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(1.164.411)	(838.976)	(3.486.970)	(2.706.834)
Tributos	(18.826)	(14.449)	(74.516)	(60.951)
	(1.183.237)	(853.425)	(3.561.486)	(2.767.785)
Receita líquida	482.137	413.977	2.028.320	1.820.615

27. Custos e despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022				31/12/2021			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
	(Reapresentada)				(Reapresentada)			
Salários e encargos sociais	(140.805)	(94.156)	-	(234.961)	(122.649)	(97.656)	-	(220.305)
Publicidade e propaganda	-	(74.872)	-	(74.872)	-	(56.402)	-	(56.402)
Custos com parceria	(62.462)	-	-	(62.462)	(50.782)	-	-	(50.782)
Despesas com PECLD (Nota 6)	-	(46.626)	-	(46.626)	-	(30.249)	-	(30.249)
Serviços de terceiros	(14.759)	(35.441)	-	(50.200)	(11.325)	(23.893)	-	(35.218)
Manutenção e reparos	(2.853)	(11.784)	-	(14.637)	(1.656)	(10.097)	-	(11.753)
Depreciação do direito de uso	(36.950)	-	-	(36.950)	(31.235)	-	-	(31.235)
Depreciação e amortização	-	(26.138)	-	(26.138)	-	(17.250)	-	(17.250)
Receitas com aluguéis	-	-	1.299	1.299	-	-	1.820	1.820
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(21.545)	(15.359)	1.636	(35.268)	(21.631)	(9.532)	1.258	(29.905)
	(279.374)	(304.376)	2.935	(580.815)	(239.278)	(245.079)	3.078	(481.279)
	(Reapresentada)				(Reapresentada)			
Salários e encargos sociais	(655.460)	(173.330)	-	(828.790)	(590.759)	(181.637)	-	(772.396)
Publicidade e propaganda	-	(112.135)	-	(112.135)	-	(96.757)	-	(96.757)
Custos com parceria	(168.864)	-	-	(168.864)	(147.371)	-	-	(147.371)
Despesas com PECLD (Nota 6)	-	(135.354)	-	(135.354)	-	(98.446)	-	(98.446)
Serviços de terceiros	(54.925)	(44.694)	-	(99.619)	(41.899)	(36.673)	-	(78.572)
Manutenção e reparos	(14.030)	(24.095)	-	(38.125)	(7.795)	(27.899)	-	(35.694)
Depreciação do direito de uso	(120.359)	-	-	(120.359)	(101.628)	-	-	(101.628)
Depreciação e amortização	-	(118.413)	-	(118.413)	-	(93.898)	-	(93.898)
Receitas com aluguéis	-	-	20.319	20.319	-	-	15.926	15.926
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(66.541)	(55.231)	6.438	(115.334)	(73.294)	(23.073)	(2.071)	(98.438)
	(1.080.179)	(663.252)	26.757	(1.716.674)	(962.746)	(558.383)	13.855	(1.507.274)

(i) Os valores estão representados, principalmente, pelo ganhos de processos judiciais, baixa e perdas de ativo fixo e receita com vendas de imóveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

28.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas sobre aplicações financeiras	70.827	33.515	116.888	47.606
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	944	243	3.905	1.207
Outras receitas	285	11	7.183	9.087
Total das receitas financeiras	72.056	33.769	127.976	57.900

28.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos financeiros sobre debêntures	-	-	(146.000)	(69.236)
Juros sobre passivo de arrendamento	(40.831)	(36.669)	(125.621)	(109.471)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de créditos	(14.304)	(8.630)	(72.745)	(62.601)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	(45.694)	(16.657)
Garantias, comissões bancárias e Parcelamentos	(2.115)	(1.253)	(24.796)	(15.216)
Ajuste a valor presente	(791)	(570)	(8.820)	(3.863)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(1.507)	(2.534)
Outras despesas financeiras	(3.326)	(7.906)	(6.399)	(12.126)
Total despesas financeiras	(61.367)	(55.028)	(431.582)	(291.704)

29. Transações que não afetam o caixa

A Companhia e suas controladas realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as seguintes transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2022	
	Controladora	Consolidado
Imobilizado:		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	1.093	2.227
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	2.528	36.110
Baixa de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	-	(3.663)
	3.621	34.674
Intangível:		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	1.372	3.133
	1.372	3.133
Imposto de renda e contribuição social:		
Compensação de impostos diferidos	-	3.573
	-	3.573
Passivos assumidos na combinação de negócios:		
Garantias de Ex Mantenedor	-	129
	-	129
Reservas de lucros:		
Dividendos adicionais propostos	1.569	1.569
	1.569	1.569

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	2.055.370	1.327.179
Perda ou pagamento de aluguel	84.000	70.180
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	60.000	1.820
Roubo de bens	2.730	2.485
Danos elétricos	24.000	10.470
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores	-	32.850
Outros	132.740	25.789

31. Eventos subsequentes

31.1. Cancelamento de ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2023, foi aprovado o cancelamento de 7.775.520 (sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, nesta data, sem redução do valor do capital social.

Em função do cancelamento das ações em tesouraria, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 374.046.720 (trezentos e setenta e quatro milhões, quarenta e seis mil, setecentos e vinte) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Dessa forma, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que versa sobre o seu capital social, deverá ser ajustado na próxima assembleia geral da Companhia.

31.2. Julgamento do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia revisou os temas tributários e previdenciários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto material do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita (Notas 2.18 e 26)

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e colégio.

Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações, mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como o rigor na gestão financeira e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos.

Consideramos que o reconhecimento de receita permanece como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto:

- Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades.
 - Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra.
 - Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis.
- Os resultados dos nossos procedimentos indicam que os processos para o reconhecimento de receitas, estão suportados por documentação hábil e estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Avaliação da redução do valor recuperável (impairment) dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.2, 2.10, 2.11 e 11)

A Companhia tem registrado em seu ativo intangível no Consolidado, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 1.363.169 mil.

A Companhia realizou o teste anual de impairment dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo testes de recuperabilidade dos montantes oriundos das combinações de negócios ocorridas no primeiro semestre de 2020. A Companhia efetuou o referido teste utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Consideramos que este assunto continua como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente

impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados;
 - Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis;
 - Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa;
 - Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis;
 - Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.4 e 25)

A Companhia apresenta registrado no ativo não circulante do Consolidado, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 104.087 mil, considerados recuperáveis com base em projeção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração, bem como interpretação de leis específicas do negócio da Companhia e de suas controladas. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora.

Por esses motivos, mantivemos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros:

- Revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, e das diferenças temporárias.
- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação e impostos, avaliamos as principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributários futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa.
- Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos das controladas cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores.

Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9
CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA (ANO-BASE 2022)

Atendendo ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, incisos VII e VIII da Resolução CVM nº 80, o Comitê de Auditoria Estatutário da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. – “Cruzeiro do Sul” ou “Companhia”, listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por 3 (três) membros independentes, todos nomeados e eleitos pelo Conselho de Administração, considerando os requisitos definidos na legislação, regulamentação do Novo Mercado e nas melhores práticas, apresentam o Relatório Anual Resumido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Renato Russo - Cargo: Coordenador - Data da eleição: 05/10/2022 - Mandado: 2 anos
Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva - Cargo: Membro - Data da eleição: 05/10/2022 - Mandato: 2 anos
Rodrigo Capelato - Cargo: Membro - Data da eleição: 05/10/2022 - Mandato: 2 anos

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e possui como principais atribuições, opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, orientar e aprovar o plano de trabalho anual da Auditoria Interna, supervisionar as atividades da auditoria interna e das áreas de controles internos e conformidade, recomendar medidas de aprimoramento das políticas e processos de controles internos e gestão de risco, acompanhar operações com partes relacionadas, além de monitorar o cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

Para mais informações, consulte o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, disponível para consulta em <https://ri.cruzeirosuleducacional.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, instalado em outubro de 2020, realiza reuniões ordinárias trimestrais e, extraordinárias, sempre que convocada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê de Auditoria.

No exercício de 2022, o Comitê realizou 10 (dez) reuniões, sendo 4 (quatro) ordinárias e 6 (seis) extraordinárias. O Comitê reuniu-se com os diretores da Companhia, auditor interno, auditores independentes e assessores externos para aprofundar e monitorar processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

Dentre os assuntos discutidos, destacam-se os seguintes:

Avaliação das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021:
- Avaliar se as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração foram corretamente elaborados, se refletem adequadamente a situação da Companhia e se estão em consonância com as demais informações apresentadas pela organização.

Avaliação das Informações Trimestrais (ITR):

- Discussão do escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais do ITR; e
- Participações nas discussões sobre temas técnicos com a diretoria financeira, bem como com os auditores independentes, para entender o processo de análise e as bases para a conclusão técnica.

Auditoria Interna e Compliance:

- Avaliação e discussão dos relatórios dos trabalhos de auditoria interna emitidos, incluindo as eventuais deficiências, justificativas, ações corretivas e sua execução.

Operações com Partes Relacionadas:

- Análise e discussão de transações com partes relacionadas da Companhia, bem como recomendação ao Conselho de Administração, quanto à sua aprovação.

Contingências e Provisões judiciais:

- Discussão e acompanhamento das principais demandas judiciais e do julgamento da Administração sobre os prognósticos de desfecho.

Controles internos:

- Discussão sobre os riscos da companhia, bem como os controles necessários para mitigá-los;
- Discussão sobre os reflexos da Lei Geral de Proteção de Dados e acompanhamento das ações e providências tomadas pela Companhia;
- Monitoramento do ambiente da segurança da informação e risco cibernético; e
- Acompanhamento da evolução de deficiências, bem como suas remediações.

Governança Corporativa:

- Discussão e recomendação quanto à aprovação pelo Conselho de Administração da aprovação da Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria;
- Implementação de ajustes de Governança na área de Compras e Obras/Manutenção da Companhia;
- Discussão sobre a reforma tributária em trâmite no congresso e seus impactos;
- Acompanhamento dos questionamentos, soluções adotadas e respostas da Administração às correspondências e interações da Companhia com os órgãos reguladores; e
- Acompanhamento da evolução de projetos de melhoria dos controles internos e mitigação de riscos para a Companhia.

DAS COMUNICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria reporta trimestralmente os assuntos tratados em suas reuniões, bem como, suas manifestações, ao Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria emite manifestações específicas ao Conselho de Administração, ou órgãos equivalentes, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação, além de apresentar o Relatório Anual Resumido das suas atividades, divulgado no endereço eletrônico da Companhia.

Os membros da Diretoria são convidados a participar das reuniões do Comitê de Auditoria que envolvam temas a eles afetos ou assuntos por eles submetidos para apreciação do Comitê e indicam, conforme o caso, a participação dos gestores das áreas responsáveis pelas matérias a serem tratadas.

Os membros do Comitê de Auditoria incentivam que o Conselho de Administração e os Diretores, inseridos no escopo de atuação deste Comitê, implementem as manifestações por eles emitidas ao longo das reuniões realizadas, em especial, no tocante às oportunidades de melhorias vislumbradas nos processos que envolvam transações com partes relacionadas, gestão de riscos e aprimoramento contínuo das estruturas e processos de Auditoria Interna, Governança Corporativa, Conformidade e o desdobramento da Lei Geral de Proteção de Dados.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 2022

Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e considerando que elas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, recomendaram sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Renato Russo

Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva

Rodrigo Capelato

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), emitido em 28 de março de 2023; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), emitido em 28 de março de 2023.